

# 500

## QUESTÕES COMENTADAS

Cespe e Polícia Rodoviária Federal

NB076-18

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se  
você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

500 Questões Comentadas - Cespe e Polícia Rodoviária Federal - PRF

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco  
Raciocínio Lógico-Matemático - Profª Evelise Leiko Uyeda Akashi  
Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto  
Noções de Física - Profª Janaina Lopes de Oliveira  
Ética no Serviço Público - Profª Bruna Pinotti Garcia  
Geopolítica Brasileira e Sociedade Mundial - Profª Letícia Veloso  
Legislação de Trânsito - Profº Fernando Paternostro Zantedeschi  
Noções de Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti Garcia  
Noções de Direito Constitucional - Profª Bruna Pinotti Garcia  
Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal - Profº Ricardo Razaboni e Profº Rodrigo de Carvalho Gonçalves  
Legislação Especial - Profº Bruna Pinotti Garcia  
Direitos Humanos e Cidadania - Profª Bruna Pinotti Garcia

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Elaine Cristina  
Emanuela Amaral

## **DIAGRAMAÇÃO**

Willian Lopes

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	01
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. ....	18
Domínio da ortografia oficial. ....	18
Domínio dos mecanismos de coesão textual. ....	13
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	19
Emprego de tempos e modos verbais.....	19
Domínio da estrutura morfosintática do período. ....	27
Emprego das classes de palavras. ....	27
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. ....	27
Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. ....	27
Emprego dos sinais de pontuação. ....	27
Concordância verbal e nominal. ....	27
Regência verbal e nominal. ....	27
Emprego do sinal indicativo de crase. ....	27
Colocação dos pronomes átonos. ....	27
Reescrita de frases e parágrafos do texto. ....	41
Significação das palavras. ....	41
Substituição de palavras ou de trechos de texto. ....	41
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. ....	41
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. ....	41
Gabarito Comentado.....	43

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Noção de função. Análise gráfica. Funções afim, quadrática, exponencial e logarítmica. Aplicações.....	01
Taxas de variação de grandezas. Razão e proporção com aplicações.....	02
Regra de três simples e composta. ....	02
Porcentagem. ....	02
Regularidades e padrões em sequências. Sequências numéricas. Progressão aritmética e progressão geométrica.....	03.
Noções básicas de contagem e probabilidade. ....	03
Noções básicas de teoria dos conjuntos. ....	03
Gabarito Comentado.....	05

## INFORMÁTICA

Conceito de internet e intranet. ....	01
Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet. ....	01
Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais. ....	01
Noções de sistema operacional (ambiente Linux e Windows). ....	01
Acesso a distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia.....	01

## SUMÁRIO

Redes de computadores. ....	06
Conceitos de proteção e segurança. ....	07
Noções de vírus, worms e pragas virtuais. ....	07
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).....	07
Computação na nuvem (cloud computing).....	08
Gabarito Comentado.....	09

## NOÇÕES DE FÍSICA

Cinemática escalar, cinemática vetorial. ....	01
Movimento circular. ....	02
Energia cinética, energia potencial, atrito. ....	01
Conservação de energia e suas transformações. ....	02
Quantidade de movimento e conservação da quantidade de movimento, impulso. ....	03
Gabarito Comentado.....	05

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral. ....	01
Ética, princípios e valores. ....	01
Ética e democracia: exercício da cidadania. ....	02
Ética e função pública. ....	02
Ética no Setor Público. ....	02
Decreto nº 1.171/ 1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).....	02
Gabarito Comentado.....	07

## GEPOLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil Político: Nação e Território. ....	01
Distribuição Espacial da População no Brasil e Movimentos Migratórios Internos.....	01
A Evolução da Estrutura Fundiária e Problemas Demográficos no Campo.....	02
Integração Entre Indústria e Estrutura Urbana, Rede de Transportes e Setor Agrícola no Brasil.....	03
Geografia e Gestão Ambiental.....	04
O Brasil e a Questão Cultural. ....	05
A Integração do Brasil ao Processo de Internacionalização da Economia. ....	06
O Século XX: Urbanização da Sociedade e Cultura de Massas. ....	06
Gabarito Comentado.....	09

## LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (institui o Código de Trânsito Brasileiro CTB).....	01
Gabarito Comentado.....	05

# SUMÁRIO

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. ....	01
Agentes públicos. Legislação pertinente. Lei nº 8.112/1990 e suas alterações. Disposições constitucionais aplicáveis. Disposições doutrinárias. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. ....	01
Poderes administrativos. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder. ....	02
Licitação. Princípios. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Tipos. Procedimento. ....	03
Controle da Administração Pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo. ....	04
Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. ....	05
Gabarito Comentado .....	06

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. ....	01
Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo. ....	02
Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública. ....	03
Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índio. ....	04
Gabarito Comentado .....	05

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Crimes contra o patrimônio.....	01
Crimes contra a Administração Pública.....	01
Inquérito policial. Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado; conclusão.....	02
Prova. Preservação de local de crime. Requisitos e ônus da prova. Nulidade da prova. Documentos de prova. Reconhecimento de pessoas e coisas. Acareação. Índícios. Busca e apreensão.....	03
Prisão em flagrante.....	04
Gabarito Comentado .....	06

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Atribuições Institucionais e Funcionamento da PRF .....	01
Gabarito Comentado .....	04

# SUMÁRIO

## DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Teoria geral dos direitos humanos.....	01
Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. ....	01
Direitos humanos na Constituição Federal. ....	01
Política Nacional de Direitos Humanos. ....	03
Gabarito Comentado.....	04

# LÍNGUA PORTUGUESA

## **Sobre a Autora**

### **Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco**

Professora Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco  
Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de  
Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista  
– Unesp

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

### 1. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

### 2. (PCJ-MT - DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE-2017)

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido.

A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

### 3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE – 2017)

Texto CG1A1CCC

A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte; promove a desonestidade, a venalidade, a relaxação; insufla a cortesia, a baixaza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto. E, nessa destruição geral das nossas instituições, a maior de todas as ruínas, Senhores, é a ruína da justiça, corroborada pela ação dos homens públicos. E, nesse esboroamento da justiça, a mais grave de todas as ruínas é a falta de penalidade aos criminosos confessos, é a falta de punição quando ocorre um crime de autoria incontroversa, mas ninguém tem coragem de apontá-la à opinião pública, de modo que a justiça possa exercer a sua ação saneadora e benfazeja.

Rui Barbosa. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XLI. 1914. Internet: <www.casaruibarbosa.gov.br> (com adaptações).

Infere-se do texto CG1A1CCC que

I - a injustiça faz que as “gerações que vêm nascendo” sejam mais desonestas e rudes que as gerações passadas.  
II - a injustiça é considerada um empecilho à atuação íntegra e idônea das gerações futuras.  
III - a injustiça é responsável pela degradação dos homens, que, desanimados, ficam à mercê do destino.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

#### 4. (SERES-PE – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA – CESPE – 2017)

Texto 1A1AAA

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais.

No Brasil, o crime aumentou significativamente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o boom do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, conseqüentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. – mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

De acordo com o texto 1A1AAA, a restauração da democracia no Brasil evidenciou

- a) a diminuição do controle social decorrente do aumento da mobilidade de pessoas.
- b) o crescimento da produção de bens de alto valor decorrente do aumento do poder de consumo.
- c) a existência de problemas sociais que dificultam a consolidação da cidadania.
- d) a modernidade do mercado interno e das instituições públicas brasileiras.
- e) o medo nas metrópoles provocado pelo aumento da violência urbana e do desemprego.

#### 5. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)

Texto CB3A2AAA

Tinha chegado o tempo da colheita, era uma manhã risosa, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la...

Ainda não tinha vencido cem braços de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram e me amarraram com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi embalado que supliquei, em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas e me olhavam sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos caminhos.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que aportamos nas praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez; a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura, asfixiados e famintos.

Maria Firmina dos Reis. Úrsula. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 116-7 (com adaptações)

No texto CB3A2AAA, o trecho “como o rosto de um infante” introduz uma ideia de

- a) comparação.
- b) contraste.
- c) adição.
- d) compensação.
- e) intensidade.

**6. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)** No texto CB3A2AAA, ao utilizar a expressão “Ah! Nunca mais devia eu vê-la...”, a narradora manifesta

- a) uma surpresa.
- b) um lamento.
- c) um desejo.
- d) uma recomendação.
- e) uma dúvida.

**7. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)**

Texto CB3A2BBB

O reconhecimento e a proteção dos direitos humanos estão na base das Constituições democráticas modernas. A paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos humanos em cada Estado e no sistema internacional. Ao mesmo tempo, o processo de democratização do sistema internacional, que é o caminho obrigatório para a busca do ideal da paz perpétua, não pode avançar sem uma gradativa ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos, acima de cada Estado. Direitos humanos, democracia e paz são três elementos fundamentais do mesmo movimento histórico: sem direitos humanos reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. Norberto Bobbio. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 1 (com adaptações).

De acordo com o texto CB3A2BBB, a condição necessária para que os direitos humanos sejam reconhecidos e efetivamente protegidos nos Estados é a

- a) soberania.
- b) lei.
- c) democracia.
- d) cidadania.
- e) paz.

**8. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)** Depreende-se do texto CB3A2BBB que o avanço do processo de democratização do sistema internacional depende da

- a) flexibilização das fronteiras dos Estados.
- b) eliminação de regimes autoritários.
- c) manutenção de mecanismos que preservem interesses ideológicos e materiais dos Estados.
- d) sobreposição dos direitos humanos aos interesses individuais dos Estados.
- e) existência, em todos os Estados, de condições mínimas para a solução pacífica de conflitos.

**9. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CARGOS DE TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017)**

Texto CB3A2CCC

Fala-se, às vezes, na necessidade que tem a democracia de se defender do que lhe possa ameaçar. Quase sempre, porém, lamentavelmente, o que se vem considerando como ameaças à democracia é o que na verdade a justifica como democracia: a presença atuante do povo no processo político nacional; a voz das classes trabalhadoras que se mobilizam e se organizam na reivindicação de seus direitos; a presença inquietada da juventude brasileira cuja palavra nos é indispensável... Os que procuram “defender” a democracia contra o “perigo” da participação dos trabalhadores e dos estudantes na reinvenção necessária da sociedade sonham com uma democracia sem povo.

Paulo Freire. In: Ana Maria Araújo Freire (Org.). Paulo Freire: uma história de vida. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2006, p. 405 (com adaptações)

Assinale a opção que apresenta a tese central do texto CB3A2CCC.

- a) As classes trabalhadoras precisam se organizar para lutar pelos seus direitos.
- b) A democracia é ameaçada pelas pessoas que temem a participação popular no processo político nacional.
- c) A juventude brasileira, cuja atuação é fundamental para a defesa da democracia, é passiva.
- d) A democracia dispensa a participação efetiva do povo no processo político nacional.
- e) As organizações estudantis representam uma ameaça para o processo democrático.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a", de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies = incorreta

Em "b", de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses = incorreta

Em "c", de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos = incorreta

Em "d", à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros = incorreta

Em "e", a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

**GABARITO OFICIAL: E**

2.

Em "a", o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular. Em "b", os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes = incorreta

Em "c", os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais = incorreta

Em "d", há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático = incorreta

Em "e", os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal = incorreta

A questão deve ser respondida segundo o texto: (...) "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

**GABARITO OFICIAL: A**

3.

I - a injustiça faz que as "gerações que vêm nascendo" sejam mais desonestas e rudes que as gerações passadas = incorreta

II - a injustiça é considerada um empecilho à atuação íntegra e idônea das gerações futuras.

III - a injustiça é responsável pela degradação dos homens, que, desanimados, ficam à mercê do destino = incorreta

Com base na leitura do texto, a única afirmação correta é a de que a injustiça impede a atuação honesta, idônea das gerações futuras, pois (...) semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão (...).

**GABARITO OFICIAL: B**

4.

Em "a", a diminuição do controle social decorrente do aumento da mobilidade de pessoas = incorreta

Em "b", o crescimento da produção de bens de alto valor decorrente do aumento do poder de consumo = incorreta

Em "c", a existência de problemas sociais que dificultam a consolidação da cidadania.

Em "d", a modernidade do mercado interno e das instituições públicas brasileiras = incorreta

Em "e", o medo nas metrópoles provocado pelo aumento da violência urbana e do desemprego = incorreta

Ao texto: Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais (...). = problemas sociais que dificultam a consolidação da cidadania.

**GABARITO OFICIAL: C**

5.

(..) era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante. A conjunção estabelece uma comparação – manhã risonha e bela como (igual ao) rosto de um infante.

**GABARITO OFICIAL: A**

6.

No contexto: (...) Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... = representa tristeza, lamento.

**GABARITO OFICIAL: B**

7.

Ao texto: A paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos humanos em cada Estado e no sistema internacional.

**GABARITO OFICIAL: E**

8.

Em "a", flexibilização das fronteiras dos Estados = incorreta

Em "b", eliminação de regimes autoritários = incorreta

Em "c", manutenção de mecanismos que preservem interesses ideológicos e materiais dos Estados = incorreta

Em "d", sobreposição dos direitos humanos aos interesses individuais dos Estados.

Em "e", existência, em todos os Estados, de condições mínimas para a solução pacífica de conflitos = incorreta  
Texto! (...) o processo de democratização do sistema internacional, que é o caminho obrigatório para a busca do ideal da paz perpétua, não pode avançar sem uma gradativa ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos, acima de cada Estado.

As questões de Interpretação/compreensão textual, muitas vezes, apresentam as respostas "explícitas", bastando à (ao) candidata(o) voltar ao texto quando precisar - ou, então, destacar as ideias principais durante a leitura.

**GABARITO OFICIAL: D**

**9.**

Em "a", As classes trabalhadoras precisam se organizar para lutar pelos seus direitos = incorreta

Em "b", A democracia é ameaçada pelas pessoas que temem a participação popular no processo político nacional.

Em "c", A juventude brasileira, cuja atuação é fundamental para a defesa da democracia, é passiva = incorreta

Em "d", A democracia dispensa a participação efetiva do povo no processo político nacional = incorreta

Em "e", As organizações estudantis representam uma ameaça para o processo democrático = incorreta

Segundo o texto, (...) Os que procuram "defender" a democracia contra o "perigo" da participação dos trabalhadores e dos estudantes na reinvenção necessária da sociedade sonham com uma democracia sem povo = o termo em destaque mostra que essas pessoas, sim, representam perigo à democracia.

**GABARITO OFICIAL: B**

# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## **Sobre a Autora**

### **Evelise Leiko Uyeda Akashi**

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

**NOÇÃO DE FUNÇÃO. ANÁLISE GRÁFICA.  
FUNÇÕES AFIM, QUADRÁTICA, EXPONENCIAL  
E LOGARÍTMICA. APLICAÇÕES**

Instrução: Este gráfico é referente às questões de 1 a 5.



Considerando os dados apresentados no gráfico, julgue os itens seguintes.

**144. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** A média do número de acidentes ocorridos no período de 2007 a 2010 é inferior à mediana da sequência de dados apresentada no gráfico.

- Certo  
 Errado

**145. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** Os valores associados aos anos de 2008, 2009 e 2010 estão em progressão aritmética.

- Certo  
 Errado

**146. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** O número de acidentes ocorridos em 2008 foi, pelo menos, 26% maior que o número de acidentes ocorridos em 2005

- Certo  
 Errado

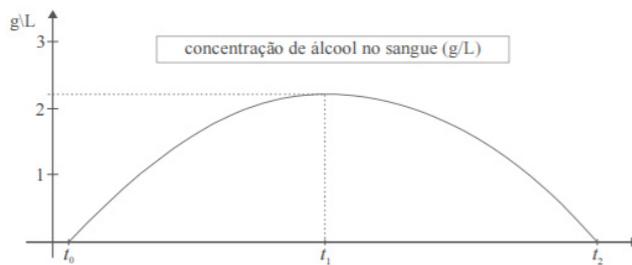
**147. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** A diferença entre a previsão para o número de acidentes em 2011 feita pelo referido modelo linear e o número de acidentes ocorridos em 2011 dado no gráfico é superior a 8.000.

- Certo  
 Errado

**148. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** O valor da constante A em  $F(t)$  é superior a 14.500.

- Certo  
 Errado

Instrução: Este gráfico é referente às questões de 6 a 8.



Considere que o nível de concentração de álcool na corrente sanguínea, em g/L, de uma pessoa, em função do tempo  $t$ , em horas, seja expresso por  $N = -0,008(t^2 - 35t + 34)$ . Considere, ainda, que essa pessoa tenha começado a ingerir bebida alcoólica a partir de  $t = t_0$  ( $N(t_0) = 0$ ), partindo de um estado de sobriedade, e que tenha parado de ingerir bebida alcoólica em  $t = t_1$ , voltando a ficar sóbria em  $t = t_2$ . Considere, por fim, a figura acima, que apresenta o gráfico da função  $N(t)$  para  $t_0 [t_0, t_2]$ . Com base nessas informações e tomando 24,3 como valor aproximado de , julgue os itens que se seguem.

**149. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** O nível de concentração mais alto de álcool na corrente sanguínea da referida pessoa ocorreu em  $t = t_1$  com  $t_1 > 18$  horas.

- Certo  
 Errado

**150. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** O nível de concentração de álcool na corrente sanguínea da pessoa em questão foi superior a 1 g/L por pelo menos 23 horas.

- Certo  
 Errado

**151. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)** O valor de  $t_2$  é inferior a 36.

Criança A				
Idade(em anos completos)	0	1	2	3
Peso(em kg)	3,3	10,1	13,0	15,5
Estatura(em cm)	50	70	86	98

Criança B				
Idade(em anos completos)	0	1	2	3
Peso(em kg)	3,9	10,6	13,4	*

- ( ) Certo  
( ) Errado

**152. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE - 2012)** Considere que, no plano cartesiano  $xOy$ , a variável  $x$  seja o tempo, em anos, e a variável  $y$  seja a altura, em centímetros. Considere, ainda, que exista uma função quadrática  $y = f(x) = ax^2 + bx + c$ , cujo gráfico passa pelos pontos  $(x, y)$  correspondentes às alturas no nascimento no 1.º, 2.º e 3.º anos de vida da criança A. Em face dessas informações, é correto afirmar que

- ( ) Certo  
( ) Errado

**TAXAS DE VARIAÇÃO DE GRANDEZAS.  
RAZÃO E PROPORÇÃO COM APLICAÇÕES.  
REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA**

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

Considerando que uma equipe de 30 operários, igualmente produtivos, construa uma estrada de 10 km de extensão em 30 dias, julgue os próximos itens.

**153. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)**

Se a tarefa estiver sem do realizada pela equipe inicial de 30 operários e, no início do quinto dia, 2 operários abandonarem a equipe, e não forem substituídos, então essa perda ocasionará atraso de 10 dias no prazo de conclusão da obra.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**154. (PRF – POLÍCIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – CESPE - 2013)**

Se, ao iniciar a obra, a equipe designada para a empreitada receber reforço de uma segunda equipe, com 90 operários igualmente produtivos e desempenho igual ao dos operários da equipe inicial, então a estrada será concluída em menos de  $1/5$  do tempo inicialmente previsto

- ( ) Certo  
( ) Errado

**PORCENTAGEM**

**155. (INSS - ANALISTA DO SEGURO SOCIAL- CESPE - 2016)** Uma população de 1.000 pessoas acima de 60 anos de idade foi dividida nos seguintes dois grupos:

A: aqueles que já sofreram infarto (totalizando 400 pessoas); e

B: aqueles que nunca sofreram infarto (totalizando 600 pessoas).

Cada uma das 400 pessoas do grupo A é ou diabética ou fumante ou ambos (diabética e fumante).

A população do grupo B é constituída por três conjuntos de indivíduos: fumantes, ex-fumantes e pessoas que nunca fumaram (não fumantes).

Com base nessas informações, julgue o item subsequente. Se, no grupo B, a quantidade de fumantes for igual a 20% do total de pessoas do grupo e a quantidade de ex-fumantes for igual a 30% da quantidade de pessoas fumantes desse grupo, então, escolhendo-se aleatoriamente um indivíduo desse grupo, a probabilidade de ele não pertencer ao conjunto de fumantes nem ao de ex-fumantes será inferior a 70%.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**GABARITO COMENTADO**

**144.**

$$M = \frac{129 + 141 + 159 + 183}{4} = 153$$

Mediana=141

Portanto, a média é maior.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**145.**

$$159 - 141 = 18$$

$$183 - 159 = 24$$

As razões são diferentes, portanto não é PA.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**146.**

$$P = \frac{141}{110} = 1,28$$

A porcentagem de aumento foi de aproximadamente 28%

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**147.**

$$A \cdot 2007 + B = 129000$$

$$A \cdot 2009 + B = 159000$$

Subtraindo uma equação da outra:

$$-2A = -30000$$

$$A = 15000$$

$$B = 129000 - 2007 \cdot 15000$$

$$B = 129000 - 30105000$$

$$B = -29976000$$

$$F(2011) = 15000 \cdot 2011 - 29976000$$

$$F(2011) = 30165000 - 29976000 = 189000$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**148.**

O valor da constante é de 15000

$$A \cdot 2007 + B = 129000$$

$$A \cdot 2009 + B = 159000$$

Subtraindo uma equação da outra:

$$-2A = -30000$$

$$A = 15000$$

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**149.**

$$T^2 - 35t + 34 = 0$$

$$V_x = -\frac{b}{2a} = \frac{35}{2} = 17,5$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**150.**

$$-0,008(T^2 - 35t + 34) = 1$$

$$T^2 - 35t + 34 = -125$$

$$T^2 - 35t + 159 = 0$$

$$\Delta = (-35)^2 - 4 \cdot 1 \cdot 159$$

$$\Delta = 1225 - 636 = 589$$

$$x = \frac{35 \pm 24,3}{2}$$

$$x_1 = \frac{35 + 24,3}{2} = \frac{59,3}{2} = 29,65$$

$$\frac{35 - 24,3}{2} = \frac{10,7}{2} = 5,35$$

$$29,65 - 5,35 = 24,3$$

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**151.**

O valor de t2=29,65

Como foi mostrado na questão anterior.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**152.**

$$F(0) = a \cdot 0^2 + b \cdot 0 + c$$

$$50 = c$$

$$F(1) = 1^2a + 1b + 50$$

$$70 = a + b + 50$$

$$A + b = 20$$

$$F(2) = 4a + 2b + 50$$

$$86 = 4a + 2b + 50$$

$$4a + 2b = 36$$

$$\begin{cases} 4a + 2b = 36 \\ a + b = 20 \end{cases}$$

Dividindo a primeira equação por 2

$$2a + b = 18$$

$$a + b = 20$$

Subtraindo uma equação da outra

$$A = -2$$

$$B = 20 + 2$$

$$B = 22$$

$$\left| \frac{b}{a} \right| = \left| -\frac{22}{2} \right| = 11$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**153.**

Operários	dias	km
30-----	30-----	10
	4-----	x

$$30x = 40$$

$$X = 4/3$$

$$10 - \frac{4}{3} = \frac{26}{3}$$

↓Operários	dias-↑	km↑
30-----	4-----	4/3
28-----	x-----	26/3

$$\frac{4}{x} = \frac{28}{30} \cdot \frac{4}{26}$$

$$28 \cdot 4x = 4 \cdot 30 \cdot 26$$

$$14x = 30 \cdot 13$$

$$7x = 15 \cdot 13$$

$$X = 27,85$$

$$27,85 + 4 = 31,85 \text{ dias}$$

Ocasionará um atraso de um pouco mais de 1 dia.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**154.**

Operários      dias

30-----30

120-----x

São inversamente proporcionais

$$900 = 120x$$

$$X = 900/120 = 7,5 \text{ dias}$$

$$30 \cdot \frac{1}{5} = 6 \text{ dias}$$

Será mais que 1/5

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**155.**

$$20\% \text{ de } 600 = 120 \text{ pessoas}$$

$$30\% \text{ de } 120 = 36 \text{ pessoas}$$

$$\text{total? } 120 + 36 = 156$$

$$600 - 156 = 444$$

$$P = 444/600 = 0,74$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

## **Sobre o Autor**

### **Ovidio Lopes da Cruz Netto**

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <[www.ovidio.eng.br/nos-savida](http://www.ovidio.eng.br/nos-savida)> e seu desenvolvimento social.

Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008.

Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007.

Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004.

Trabalha com educação desde o ano de 2003.

Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina.

Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASIS) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

**CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS A INTERNET/ INTRANET. FERRAMENTAS E APLICATIVOS COMERCIAIS DE NAVEGAÇÃO, DE CORREIO ELETRÔNICO, DE GRUPOS DE DISCUSSÃO, DE BUSCA, DE PESQUISA E DE REDES SOCIAIS. NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE LINUX E WINDOWS). ACESSO A DISTÂNCIA A COMPUTADORES, TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS, APLICATIVOS DE ÁUDIO, VÍDEO E MULTIMÍDIA.**



A figura acima mostra uma janela do IE 8.0 aberta em um computador com o Windows XP e conectado à Internet. Com base nessa figura, julgue os itens que se seguem, acerca da utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet

**169. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010)**

Antes de permitir a execução do complemento MSXML 5.0, recomenda-se que o usuário clique a opção **Segurança**

e, em seguida, clique Ativar Filtragem InPrivate para executar o antivírus do IE 8.0.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**170. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010)**

Ao se clicar a opção **Página** e, em seguida, a opção Zoom, serão exibidas opções que permitem ampliar ou reduzir a exibição da página da Web mostrada na figura.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**171. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010)**

Ao se digitar uma palavra na caixa de pesquisa **Busca** e, em seguida, pressionar

e manter pressionada a tecla **Alt** e, na sequência, pressionar a tecla **Enter**, serão exibidos, em nova guia, os resultados da pesquisa realizada em todos os sítios da Web em que essa palavra foi encontrada.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**172. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010)**

Ao se clicar o botão **Favoritos**, será apresentada a opção Adicionar a Favoritos... Esta, por sua vez, ao ser clicada, permite adicionar o endereço [www.mpu.gov.br](http://www.mpu.gov.br) na lista de favoritos.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**173. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE ATUARIAL – CESPE – 2010)**

A mensagem de alerta exibida na figura, introduzida pelo símbolo **?**, refere-se ao complemento MSXML 5.0 e so-

licita permissão do usuário para que esse complemento seja instalado no computador. Existem, no entanto, complementos que podem ser instalados sem o conhecimento do usuário, quando, por exemplo, for parte de outro programa instalado anteriormente.



Considerando a situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do MPU no Internet Explorer, julgue os itens seguintes.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**174. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO – CESPE – 2013)**

O complemento MSXML, exibido como alerta na página acima, indica a existência de vírus, não devendo, portanto, ser executado.

- Certo  
 Errado

**175. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO – CESPE – 2013)**

O navegador Internet Explorer não pode ser executado no sistema operacional Linux, visto ter sido criado exclusivamente para ser executado no ambiente Windows.

- Certo  
 Errado

**176. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO – CESPE – 2013)**

Os textos, mas não as imagens publicadas do sítio em questão, podem ser inseridos no editor de texto do ambiente LibreOffice.

- Certo  
 Errado

**177. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO – CESPE – 2013)**

Ao se clicar a opção  Favoritos, é possível adicionar a página do MPU à lista de endereços favoritos.

- Certo  
 Errado

**39. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE TIC – CESPE – 2013)**

O Linux permite logins simultâneos de vários usuários. Para visualizar os usuários logados no Linux em determinado momento, deve-se executar o comando who.

- Certo  
 Errado

**178. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE TIC – CESPE – 2013)**

No Linux, um processo que consome grande quantidade de memória deve ser terminado de forma imediata, ação que pode ser realizada utilizando-se o comando ps seguido do número que identifica o processo.

- Certo  
 Errado

**179. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE TIC – CESPE – 2013)**

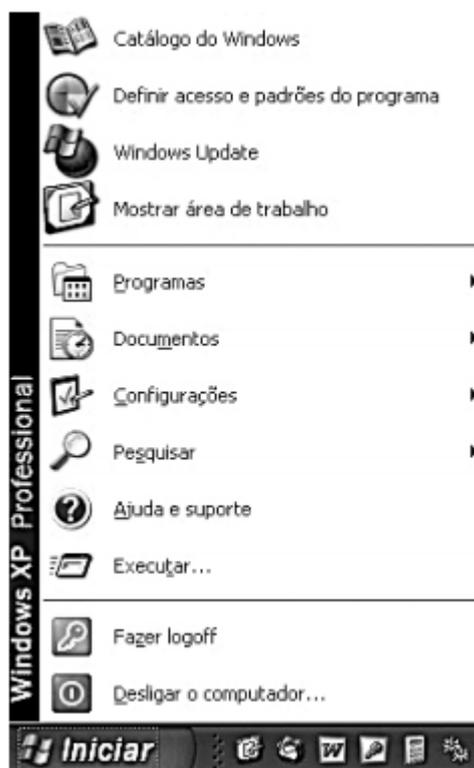
Ao instalar o Linux, é necessário gravar informações no máster boot record, que fazem referência aos arquivos encarregados de inicializar o sistema operacional.

- Certo  
 Errado

**180. (MPU – TÉCNICO: ESPECIALIDADE TIC – CESPE – 2013)**

Para selecionar um novo fuso horário para o Linux, pode-se executar o comando hwclock.

- Certo  
 Errado



Na situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do sistema operacional Windows,

**181. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE DIREITO – CESPE – 2013)**

ao clicar a opção , o usuário terá acesso ao banco

de dados do sistema operacional Windows que apresenta as pastas e subpastas com os arquivos de programas desse sistema operacional.

- Certo  
 Errado

**182. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE DIREITO – CESPE – 2013)**

a opção  permite localizar arquivos ou pastas no computador local, dados na Internet ou, ainda, pessoas no Active Directory.

- Certo
- Errado

**183. (MPU – ANALISTA: ESPECIALIDADE DIREITO – CESPE – 2013)**

a opção  possibilita que o usuário acesse informações a respeito dos discos disponíveis localmente e na rede, bem como das opções de computação em nuvem.

- Certo
- Errado

**184. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010)**

No MS Word 2003, é possível inserir um texto no cabeçalho e no rodapé de todas as páginas de um documento em edição por meio do seguinte procedimento: seleciona-se o conteúdo do texto a ser inserido e importa-se essa seleção para Cabeçalho e Rodapé, na opção Importar para Todas as Páginas, o que faz que o texto selecionado se repita em todas as páginas do documento.

- Certo
- Errado

**185. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010)**

Suponha que um usuário do MS Word 2003 e do MS Excel 2007 deseje inserir, em uma planilha do Excel, uma tabela numérica composta de 100 linhas e 20 colunas, criada em um documento de texto do Word. Nessa situação, o objetivo do usuário será atingido por meio do seguinte procedimento: selecionar toda a tabela no documento Word; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada,

pressionar , liberando-as em seguida; abrir o documento do Excel; clicar a célula A1; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, pressionar , liberando-as em seguida.

- Certo
- Errado

**186. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010)**

Na área de transferência do Windows XP, ficam armazenados, por padrão, atalhos para alguns aplicativos úteis, como o Gerenciador de Arquivos, Meu Computador, Meus Locais de Rede e Lixeira, podendo o usuário criar outros atalhos que desejar.

- Certo
- Errado

**187. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010)**

Para efetuar as ações Minimizar ou Restaurar abaixo em uma janela de programa aberto no Windows XP, o usuário poderá clicar, respectivamente, o botão  ou o bo-

teão , ambos localizados no canto superior direito da janela em uso.

- Certo
- Errado

**188. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE – 2010)**

Clicando-se o botão  e selecionando-se o modo

Detalhes para a exibição de arquivos e pastas, o Windows Explorer exibirá os detalhes gráficos da primeira página de cada documento existente na pasta selecionada, permitindo ao usuário visualizar o conteúdo de um documento mesmo antes de abri-lo.

**189. (DPF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)**

Nas versões recentes do Mozilla Firefox, há um recurso que mantém o histórico de atualizações instaladas, no qual são mostrados detalhes como a data da instalação e o usuário que executou a operação.

- Certo
- Errado

**190. (DPF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)**

No Internet Explorer 10, por meio da opção Sites Sugeridos, o usuário pode registrar os sítios que considera mais importantes e recomendá-los aos seus amigos.

- Certo
- Errado

**GABARITO COMENTADO****169.**

A Navegação InPrivate permite que você navegue na Web sem deixar vestígios no Internet Explorer. Isso ajuda a impedir que as outras pessoas que usam seu computador vejam quais sites você visitou e o que você procurou na Web. Para iniciar a Navegação InPrivate, acesse a página Nova Guia ou clique no botão Segurança.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****170.**

A opção Zoom encontrada dentro da opção Página do navegador web Internet Explorer 8.0 pode ser utilizada para ampliar ou reduzir a página exibida, isso pode facilitar a leitura e compreensão de dados dispostos na página.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****171.**

O erro da questão está em afirmar que “a pesquisa realizada na caixa de busca dos sites” seguem o mesmo padrão das buscas realizadas no próprio navegador.

Mas é interessante saber que naquela época (2010), os navegadores permitiam fazer a busca diretamente na barra de endereços (apenas o Firefox ainda exibia uma “caixa de pesquisa” separada da barra de endereços). E todos se comportavam da seguinte forma:

ENTER: pesquisa pelo termo no mecanismo de busca padrão.

ALT + ENTER: abre uma nova guia com os resultados da pesquisa.

CONTROL + ENTER: tenta ir diretamente ao endereço.

Ex: se digitar “teste” e apertar CTRL+ENTER, o navegador tentará acessar <http://www.teste.com>.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****172.**

O botão FAVORITOS e o MENU FAVORITOS permitem a inclusão de um endereço (o atual, inclusive) à lista de sites favoritos do usuário.

Atalho de teclado => CTRL + D

**GABARITO OFICIAL: CERTO****173.**

O complemento MSXML 5.0 na verdade não é instalado no computador, ele apenas é executado. Observando-se que em momento nenhum a mensagem de alerta pede a instalação do complemento; ela pede apenas permissão para que o complemento seja executado. Alguns complementos precisam ser instalados, outros não, e o MSXML 5.0 não precisa. Instalação e execução são conceitos diferentes que a banca acabou confundindo.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****174.**

O alerta é apenas relativo à existência de conteúdo na página em questão que precisa ser executado por meio do plugin (complemento) de execução de XML (linguagem de marcação estendida, que deu origem ao HTML).

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****175.**

O Internet Explorer, realmente, só foi feito para Windows. Não há uma versão dele para Linux. Mas isso não impede que ele seja executado em Linux, visto que há vários programas para emulação de ambiente Windows em Linux. Um deles é o “Wine”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****176.**

Tanto texto quanto imagens podem ser adicionados ao editor de textos do LibreOffice.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****177.**

Através do ícone demonstrado na afirmação é possível adicionar um endereço web dentre os endereços favoritos, caso a página do MPU estiver ativa ao fazer uso do botão “Favoritos”, esta ficará armazenada como favorita.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****178.**

O GNU/Linux é um sistema operacional derivado do Unix, e por isso desde sua concepção sempre foi multiusuário, e através do comando who, “quem” em português é possível ver uma lista dos usuários que estão registrados no sistema, ou seja, efetuaram login.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****179.**

Um processo que consome muita memória não deve ser terminado de forma automática, mas sim se o processo não estiver respondendo devido à alguma anomalia. A ação para encerrar um processo deve ser feita através do comando “kill” e não do comando “ps” como sugere a afirmação.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****180.**

O MBR é um espaço de 512 bytes onde fica armazenado as informações sobre a inicialização do sistema (código de arranque) e partições do disco, em sistemas que não usam a tecnologia EFI.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****181.**

O comando “hwclock” não é utilizado para alterar o fuso horário do sistema, mas sim para alterar a data e hora do hardware, ou seja, a data e hora que fica armazenada na BIOS.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**182.**

ao clicar no ícone demonstrado na questão, o usuário terá acesso ao Windows Update, que é um serviço de atualização da Microsoft para os sistemas operacionais Windows.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**183.**

o ícone demonstrado na questão permite localizar arquivos ou pastas no computador local, dados na Internet (para isso deverá digitar o endereço correto do site) ou, ainda, pessoas no Active Directory, ou seja, os usuários cadastrados em um servidor Windows Server, que é o domínio da rede.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**184.**

Quando o Windows XP foi lançado, com a opção Catálogo do Windows, não havia o conceito de "Computação nas Nuvens" como atualmente, o modelo atual se consolidou a partir de 2008, e o XP é de 2001.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**185.**

A afirmação de que "é possível inserir um texto no cabeçalho e no rodapé de todas as páginas de um documento em edição" é correta, porém o restante das afirmações "por meio do seguinte procedimento: seleciona-se o conteúdo do texto a ser inserido e importa-se essa seleção para Cabeçalho e Rodapé, na opção Importar para Todas as Páginas" está completamente errado, tais opções descritas no procedimento não existem no MS Word 2003.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**186.**

Definição perfeita do processo de "Copiar" e "Colar". Este procedimento de integração entre os aplicativos do Office é possível, independentemente da versão.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**187.**

Os atalhos citados ficam na área de trabalho do computador e não na área de transferência como descreve a afirmativa.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**188.**

Os botões de controle das janelas do Windows XP mostrados na parte superior direita das mesmas servem respectivamente para minimizar uma janela na barra de tarefas, e para restaurar uma janela maximizada ao seu tamanho anterior definido pelo usuário.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**189.**

Toa a afirmação está correta, porém o que torna a questão errada é que o usuário visualizar o conteúdo de um documento somente depois de abri-lo.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**190.**

Esse recurso existe nas últimas versões do Firefox, contudo o histórico não contém o usuário que executou a operação. Este recurso está disponível no menu Firefox- Opções- Avançado - Atualizações -Histórico de atualizações.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

# NOÇÕES DE FÍSICA

## **Sobre a Autora**

### **Janaina Lopes de Oliveira**

Professora de Física em aula presencial de cursinhos preparatória para o vestibular.

Professora de videoaulas voltadas para o preparatório de concursos da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

Autora de diversos materiais e livros dos cursos preparatórios de concursos públicos, Enem e vestibulares.

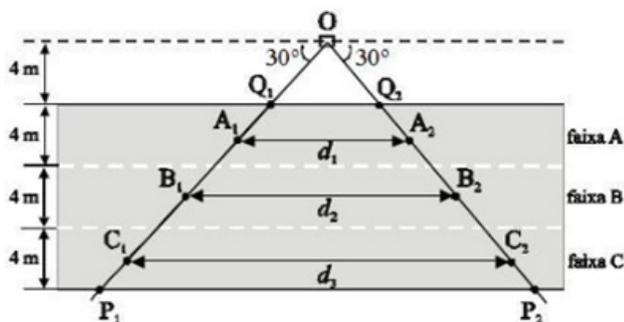
## CINEMÁTICA ESCALAR, CINEMÁTICA VETORIAL

**234. (POLÍCIA CIENTÍFICA-PE – PERITO CRIMINAL – CESPE – 2016)** Considere que um projétil tenha sido disparado de uma pistola com velocidade inicial de módulo igual a  $V_0$  e em ângulo  $\theta$  (ascendente) em relação à horizontal. Desprezando a resistência do ar, assinale a opção correta acerca do movimento realizado por esse projétil.

- No ponto de altura máxima, a velocidade resultante do projétil será nula.
- A aceleração do projétil será nula no ponto de altura máxima.
- A única força atuante no projétil durante todo o movimento é o seu peso.
- O alcance horizontal que o projétil pode atingir depende de sua massa.
- A componente horizontal da velocidade do projétil varia de ponto a ponto na trajetória, porém sua componente vertical é invariável.

Instruções: Lei o texto e observe a figura para responder questões a seguir.

**235. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004)**



O esquema anterior ilustra um radar rodoviário, posicionado no ponto O, a 4 m de distância de uma das bordas de uma rodovia de três faixas retilíneas e paralelas, de 4 m de largura cada. Nesse esquema, a região triangular de vértices O, P1 e P2 é a área de cobertura do radar. O radar detecta o instante em que o automóvel entra na área de cobertura, em um dos pontos A1, B1 ou C1, e o instante em que ele deixa essa área, em dos pontos A2, B2 ou C2, e registra o tempo gasto em cada um desses percursos. Como as distâncias  $d_1$ ,  $d_2$  e  $d_3$  são preestabelecidas, o radar calcula a velocidade média desenvolvida pelo veículo nesse percurso, dividindo a distância percorrida pelo tempo gasto para percorrê-la, dependendo da faixa em que o veículo se encontra. Os pontos A1, B1 e C1 distam 2 m das bordas de cada uma das faixas A, B e C, respectivamente, e os segmentos de reta A1A2, B1B2 e C1C2 são paralelos às bordas da rodovia.

Com base no esquema apresentado e nas condições estabelecidas, julgue os itens a seguir.  
A distância  $d_1$  é inferior a 20 m.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**236. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004)** Com base no esquema apresentado e nas condições estabelecidas, julgue os itens a seguir.  
Os valores  $d_1$  e  $d_3$  satisfazem à equação  $7d_1 - 3d_3 = 0$ .

- ( ) Certo  
( ) Errado

**237. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL CESPE – 2004)**

Com base no esquema apresentado e nas condições estabelecidas, julgue os itens a seguir.  
Se um automóvel, deslocando-se pela faixa B, leva 2 s para percorrer o trajeto correspondente ao segmento B1B2, então a sua velocidade média nesse percurso é inferior a 60 km/h.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**238. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004)** A área da parte da rodovia que está dentro da área de cobertura do radar, que tem como vértices os pontos P1, P2, Q2 e Q1, é igual a  $200\sqrt{3}m^2$ .

- ( ) Certo  
( ) Errado

## ENERGIA CINÉTICA, POTENCIAL, ATRITO

**239. (POLÍCIA CIENTÍFICA-PE – PERITO CRIMINAL – CESPE – 2016)** Ao terem finalizado uma competição de ciclismo, os ciclistas A e B, que participaram de modalidades diferentes de provas na competição, saíram para pedalar juntos. Durante o passeio, ambos pedalaram com a mesma velocidade escalar.

Considerando as informações apresentadas nessa situação hipotética e sabendo que o raio das rodas da bicicleta do ciclista A é 30% maior que o raio das rodas da bicicleta do ciclista B, assinale a opção correta.

- As rodas de ambas as bicicletas giravam com o mesmo período.
- A velocidade angular das rodas da bicicleta do ciclista B era 30% maior que a velocidade angular das rodas da bicicleta do ciclista A.

- c) A energia cinética de rotação da roda da bicicleta do ciclista A era igual, em módulo, à energia cinética de rotação da roda da bicicleta do ciclista B.
- d) A frequência das rodas da bicicleta do ciclista B era igual à frequência das rodas da bicicleta do ciclista A, já que eles se deslocavam com a mesma velocidade linear.
- e) As rodas de ambas as bicicletas giravam com a mesma velocidade angular.

**240. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL CESPE – 2013)** Considerando que um veículo com massa igual a 1000 Kg se mova em linha reta com velocidade constante e igual a 72km/h, e considerando ainda que a aceleração da gravidade seja igual a 10m/s<sup>2</sup>, julgue os itens a seguir Quando o freio for acionado, para que o veículo pare, a sua energia cinética e o trabalho da força de atrito, em módulo, deverão ser iguais.

- Certo
- Errado

**241. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL CESPE – 2013)** Considerando que um veículo com massa igual a 1000 Kg se mova em linha reta com velocidade constante e igual a 72km/h, e considerando ainda que a aceleração da gravidade seja igual a 10m/s<sup>2</sup>, julgue os itens a seguir Antes de iniciar o processo de frenagem, a energia mecânica do veículo era igual a 200.000 J.

- Certo
- Errado

**MOVIMENTO CIRCULAR**

**242. (PC-MA – PERITO CRIMINAL – CESPE – 2018)** A figura I a seguir ilustra uma colisão ocorrida entre um carro e uma moto parada. A massa total do carro era de 2.000 kg, e o módulo de sua velocidade era igual a  $V_c$ . A moto tinha massa igual a 120 kg e era pilotada por um motociclista cuja massa era de 80 kg.

A figura I, a seguir, ilustra uma colisão ocorrida entre um carro e uma moto parada. A massa total do carro era de 2.000 kg, e o módulo de sua velocidade era igual a  $V_c$ . A moto tinha massa igual a 120 kg e era pilotada por um motociclista cuja massa era de 80 kg.

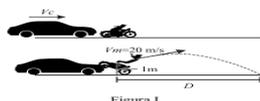


Figura I

Imediatamente após a colisão, carro e moto permaneceram parados e um quarto da energia cinética do carro foi transferido para o motociclista, que foi arremessado de uma altura de 1 m, a uma velocidade  $V_m$  igual 20 m/s. Após a colisão, o motociclista descreveu uma trajetória oblíqua, mostrada na figura II, percorrendo na direção horizontal, até atingir o solo, uma distância igual a  $D$ .

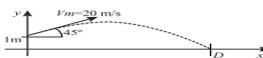


Figura II

Sabendo que  $\cos 45^\circ = \frac{\sqrt{2}}{2}$ , considere que 10 m/s<sup>2</sup> seja o módulo da aceleração da gravidade e despreze a resistência do ar.

Imediatamente após a colisão, carro e moto permaneceram parados a um quarto da energia cinética do carro foi transferido para o motociclista, que foi arremessado de uma altura de 1 m, a uma velocidade  $V_m$  igual 20m/s. Após a colisão, o motociclista descreveu uma trajetória oblíqua, mostrada na figura II, percorrendo na direção horizontal, até atingir o solo, uma distância igual a D.

A figura I, a seguir, ilustra uma colisão ocorrida entre um carro e uma moto parada. A massa total do carro era de 2.000 kg, e o módulo de sua velocidade era igual a  $V_c$ . A moto tinha massa igual a 120 kg e era pilotada por um motociclista cuja massa era de 80 kg.

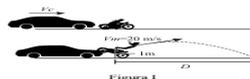


Figura I

Imediatamente após a colisão, carro e moto permaneceram parados e um quarto da energia cinética do carro foi transferido para o motociclista, que foi arremessado de uma altura de 1 m, a uma velocidade  $V_m$  igual 20 m/s. Após a colisão, o motociclista descreveu uma trajetória oblíqua, mostrada na figura II, percorrendo na direção horizontal, até atingir o solo, uma distância igual a  $D$ .

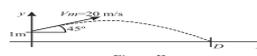


Figura II

Sabendo que  $\cos 45^\circ = \frac{\sqrt{2}}{2}$ , considere que 10 m/s<sup>2</sup> seja o módulo da aceleração da gravidade e despreze a resistência do ar.

Sabendo que , considere que 10m/s<sup>2</sup> seja o módulo da aceleração da gravidade e despreze a resistência do ar. Com base nas informações e nas figuras apresentadas anteriormente, o módulo da velocidade com que o carro atingiu a moto é igual a

- a) 4,0 m/s.
- b) 8,0 m/s.
- c) 16,0 m/s.
- d) 0,8 m/s.
- e) 3,2 m/s.

**GABARITO COMENTADO****234.**

$F = m \times a$ , logo, Força Peso =  $m \cdot g$  (aceleração da gravidade).

A única força atuante no projétil durante todo o movimento é o seu peso.

**GABARITO OFICIAL: C****235.**

$VI = w \times R$  sendo que  $V_{1a} = V_{1b}$

$w_a \cdot 1,3 (R_b) = w_b \cdot 1 (R_b)$ . O raio de A é 30% maior que o raio de B.

Logo,  $w_b = 1,3 w_a$  (30% maior).

**GABARITO OFICIAL: C****236.**

Calculando D1:

Tg do ângulo = Cateto oposto/Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d1/2)/6$$

$$V3 = (d1/2)/6$$

$$V3 = d1/12$$

$$d1 = 12 \cdot V3$$

$$V3 = 1,73$$

$$12 \times 1,73 = 20,76 \text{ m}$$

$$\text{Logo: } 20,76 \text{ m} > 20 \text{ m}$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****237.**

Calculando D1

Tg do Ângulo = Cateto oposto/Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d1/2)/6$$

$$V3 = (d1/2)/6$$

$$V3 = d1/12$$

$$d1 = 12V3$$

Calculando D3

Tg Ângulo = Cateto oposto/Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d3/2)/14$$

$$V3 = (d3/2)/14$$

$$V3 = d3/28$$

$$D3 = 28V3$$

A equação  $7d1 - 3d3 = 0$

$$7d1 - 3d3 = 0$$

$$7 \cdot 12V3 - 3 \cdot 28V3 = 0$$

$$84V3 - 84V3 = 0$$

$$0 = 0$$

**GABARITO OFICIAL: CERTO****238.**

Tg Ângulo = Cateto oposto / Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d2/2)/10$$

$$V3 = (d2/2)/10$$

$$V3 = d2 / 20$$

$$d2 = 20V3$$

$$V3 = 1,73$$

$$d2 = 34,6$$

$$\Delta V = \Delta S / \Delta T$$

$$\Delta V = 34,6/2$$

$$\Delta V = 17,3 \text{ m/s}$$

$$V = 17,3 \text{ m/s} \cdot 3,6 = 62,28 \text{ Km/h}$$

$$\text{Logo } 62,28 \text{ Km/h} > 60 \text{ Km/h}$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****239.**

Tg Ângulo = Cateto oposto / Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (d3/2)/16$$

$$V3 = (d3/2)/16$$

$$V3 = d2 / 32$$

$$d3 = 32V3$$

Base maior do Trapézio

Tg Ângulo = Cateto oposto / Cateto adjacente

$$\text{Tg } 60^\circ = (X/2)/4$$

$$V3 = (X/2)/4$$

$$V3 = X / 8$$

$$X = 8V3 \quad \text{Base menor do Trapézio}$$

Área do Trapézio = (Base menor do Trapézio + Base maior do Trapézio) · Altura/2

$$\text{Área do Trapézio} = (4V3 + 32V3) \cdot 12/2$$

$$\text{Área do Trapézio} = 40V3 \cdot 12/2$$

$$\text{Área do Trapézio} = 40V3 \cdot 6$$

$$\text{Área do Trapézio} = 240V3 \text{ m}^2$$

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****240.**

O Trabalho da resultante das forças agentes em um corpo, em determinado deslocamento, mede a variação de energia cinética ocorrida nesse deslocamento, logo teremos:

Trabalho = Variação da Energia Cinética

$$T = \Delta E_c$$

Trabalho = Energia cinética final - Energia cinética inicial

$$T = E_{c\text{final}} - E_{c\text{inicial}}$$

Como o freio foi acionado, para que o veículo parasse, a sua velocidade é zero, logo a sua energia cinética final será zero.

$$E_{c\text{final}} = (m \cdot V^2)/2$$

$$E_{c\text{final}} = (m \cdot 0^2)/2$$

$$E_{c\text{final}} = 0$$

Substituindo:

$$T = E_{c\text{final}} - E_{c\text{inicial}}$$

$$T = 0 - E_{c\text{inicial}}$$

$$T = - E_{c\text{inicial}}$$

Como a questão afirma que em módulo, o trabalho será igual a energia cinética.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****241.**

Conservação de Energia:

Energia Mecânica = Energia Cinética + Energia Potencial onde;

$$\text{Energia Cinética} = (m \cdot V^2)/2$$

$$\text{Energia Potencial} = m \cdot g \cdot h$$

$$m = \text{massa} = 1.000 \text{ kg}$$

V = velocidade = 72 Km/h = 20 m/s  
g = aceleração da gravidade = 10 m/s<sup>2</sup>  
h = altura = 0 m

Substituindo os valores teremos:

$$\text{Energia Cinética} = (m \cdot V^2)/2$$

$$\text{Energia Cinética} = (1.000 \cdot 20^2)/2$$

$$\text{Energia Cinética} = (1.000 \cdot 400)/2$$

$$\text{Energia Cinética} = 400.000/2$$

$$\text{Energia Cinética} = 200.000 \text{ J}$$

$$\text{Energia Potencial} = m \cdot g \cdot h$$

$$\text{Energia Potencial} = 1.000 \cdot 10 \cdot 0$$

$$\text{Energia Potencial} = 0$$

$$\text{Energia Mecânica} = \text{Energia Cinética} + \text{Energia Potencial}$$

$$\text{Energia Mecânica} = 200.000 + 0$$

$$\text{Energia Mecânica} = 200.000 \text{ J}$$

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**242.**

1/4 da energia cinética do carro foi transferida ao motociclista, logo:

$$1/4 \cdot E_{\text{carro}} = E_{\text{motos}}$$

$$1/4 \cdot 1/2 \cdot M_c \cdot V_c^2 = 1/2 \cdot M_m \cdot V_m^2$$

$$1/4 \cdot 2000 \cdot V_c^2 = 80 \cdot 20^2$$

$$V_c^2 = 64 \text{ ----> } V_c = 8 \text{ m/s}$$

**GABARITO OFICIAL: B**

# ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

## Sobre a Autora

### **M<sup>a</sup> Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

## ÉTICA E MORAL

**248. (MPE-PI – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2018)** A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Além de demandar a obediência a valores e normas de conduta, a solução dos problemas éticos na administração pública requer um padrão transparente e previsível de procedimentos.

- Certo
- Errado

**249. (MPE-PI – ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PRO-CESSUAL – CESPE – 2018)** A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.

- Certo
- Errado

**250. (MPE-PI – ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PRO-CESSUAL – CESPE – 2018)** A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

- Certo
- Errado

**251. (MPE-PI – TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018)** Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

- Certo
- Errado

**252. (MPU – ANALISTA DO MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2015)** Com base nas disposições da Lei nº 8.429/1992 e nos preceitos de ética, moral e cidadania, julgue o item seguinte.

Uma vez que a moral se reveste de conteúdo mais doutrinário e normativo que a ética, é correto afirmar que um dos fundamentos de existência da noção de moral seria a formação de uma base teórica para o estudo da ética.

- Certo
- Errado

**253. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015)** Com relação a moral e ética, julgue o item a seguir.

A ética é um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.

- Certo
- Errado

**254. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015)** Com relação a moral e ética, julgue o item a seguir.

Moral pode ser definida como todo o sistema público de regras próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores que são aceitos e praticados, como certos e errados.

- Certo
- Errado

**255. (MPU – TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE – 2015)** Acerca de ética deontológica e de ética e democracia, julgue o próximo item.

A ética envolve um processo avaliativo do modo como os seres humanos, a natureza e os animais intervêm no mundo ao seu redor.

- Certo
- Errado

## ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

**256. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2008)** Acerca de aspectos relacionados à ética e à cidadania, julgue os itens que se seguem.

A responsabilidade social de uma corporação restringe-se aos funcionários de suas empresas.

- Certo
- Errado

**257. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2008)** Acerca de aspectos relacionados à ética e à cidadania, julgue os itens que se seguem.

Suponha-se que uma empresa tenha conseguido a certificação SA 8.000, norma internacional que garante a responsabilidade trabalhista. Nesse caso, é correto afirmar que esse fato não garante que a empresa seja ética, pois a ética não se limita a aspectos isolados da conduta empresarial.

- Certo
- Errado

## GABARITO COMENTADO

248.

A frase dispõe sobre dois princípios da Administração Pública. Ao dizer que a Administração deve “demandar a obediência a valores e normas de conduta”, faz referência ao princípio da legalidade, característica fundamental na atuação de todo agente público, que tem seu campo de atuação restringido, agindo apenas segundo e nos termos da lei. Além disso, ao dispor sobre “padrão transparente e previsível de procedimentos”, faz referência ao princípio da publicidade, que impõe à Administração o dever de tornar público os seus atos, para que possuam eficácia erga omnes perante todos os administrados.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

249.

A frase dispõe sobre pretorianismo. Trata-se de um termo que faz referência à influência política de forma abusiva por parte do poder militar. Procede de pretoriano, soldado da Guarda Pretoriana, elite militar de grande influência que intervinha na eleição de imperadores romanos, proclamando uns e assassinando outros. Nesse sistema de governo, prevalecem as pequenas elites, pelo uso da força, fraude, e violência. É evidente que o pretorianismo prejudica os valores democráticos, restringindo o direito de cidadania.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

250.

“Moral” advém do latim *mos* ou *mores*, remete-se a ideia de costume, exprime um conjunto de condutas corretas em um determinado tempo e espaço e, por isso, apresenta valores mutáveis segundo os costumes da época. “Ética”, por sua vez, advém do grego *ethos*, que significa modo de ser, relacionado a ideia de caráter. A ética é uma reflexão filosófica da moral, uma ciência cujo objeto de estudo é a própria moral. Seus valores são permanentes e imutáveis, pois constitui em valores universais e atemporais. Ambos a ética e a moral representam um conjunto de regras de conduta que se espera sejam respeitadas pelos demais membros da sociedade.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

251.

O servidor público não pode abrir mão do elemento ético de sua conduta. Segundo o item II do Decreto nº 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos do Poder Executivo Federal, O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da CF/1988.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

252.

A moral não se reveste de conteúdo mais doutrinário e normativo do que a ética, pelo contrário. Além disso, a moral não se fundamenta na necessidade de se formar uma base teórica para o estudo da ética, embora isso tenha ocorrido invariavelmente, quando se observa a evolução histórica do conceito de ética e sua normalização através dos tempos.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

253.

A ética é ramo da filosofia e subdivide-se classicamente em Moral e Direito. Estuda não apenas a moral, mas os sistemas de regras, seus fundamentos e suas características.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

254.

A moral é responsável por criar regras internas a um grupo social, que correspondem a normas e valores. Estas normas e valores são aceitos como certos e errados de forma genérica e abstrata, de maneira consistente no grupo social. Assim, a moral é interna, mas não significa que não possa ser generalizada, criando a moral de um grupo social.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

255.

A ética é uma ciência responsável pelo estudo do comportamento humano e de como este comportamento desemboca na criação de regras de conduta, morais ou jurídicas. Não estuda coisas inanimadas, como a natureza e os animais.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

256.

Responsabilidade social impõe o respeito ético mais amplo, extrapolando os muros da empresa ou organização e se estendendo aos relacionamentos desta com funcionários, acionistas, clientes, fornecedores, governo, meio ambiente.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

257.

Evidentemente que a obtenção de certificações é apenas um aspecto em busca da consolidação da ética empresarial, mas o conceito de ética empresarial é muito mais amplo que isso, atingindo uma gama de aspectos complexos da conduta empresarial.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

# GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E SOCIEDADE MUNDIAL

## Sobre a Autora

### **Letícia Veloso**

Graduada em Jornalismo em 2008.

Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV.

Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo.

Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova.

Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova.

Em blog fala a respeito de cultura, comportamento e do cotidiano por meio da página da seguinte rede social: <https://www.facebook.com/meulead/>

## O BRASIL POLÍTICO: NAÇÃO E TERRITÓRIO

**304. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018)** Acerca dos diferentes tratamentos do conceito de território na geografia, julgue (C ou E) o item a seguir. Questões de consciência e de representação do espaço foram elaboradas e assimiladas, ao longo dos séculos XIX e XX, para a definição concreta e imaginária do território como fundamento de soberania do Estado nação

- Certo  
 Errado

**305. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018)** Acerca dos diferentes tratamentos do conceito de território na geografia, julgue (C ou E) o item a seguir. A integração contemporânea de técnica, ciência e informação desabilitam a abordagem geográfica do território sob aspectos subjetivos.

- Certo  
 Errado

**306. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA- PROVA 01-CESPE-2018)** Acerca dos diferentes tratamentos do conceito de território na geografia, julgue (C ou E) o item a seguir. Territorialização, desterritorialização e reterritorialização constituem processos reveladores do movimento social e da dinâmica do capital, os quais geram e redefinem identidades e vínculos com o território.

- Certo  
 Errado

**307. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018)** Acerca dos diferentes tratamentos do conceito de território na geografia, julgue (C ou E) o item a seguir. O conceito de território abrange processos e relações restritos à economia e à política, de forma que as dimensões sociais da cultura direcionam-se às abordagens conceituais geográficas da paisagem e do lugar.

- Certo  
 Errado

**308. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)** Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF

Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

- Certo  
 Errado

## DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS

**309. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)**

O povoamento do Centro-Oeste resulta, desde o período colonial, de movimentos migratórios. No século XX, a construção da nova capital brasileira atraiu novas levas de imigrantes, em especial do Nordeste, secundado pelo Sul e pelo Sudeste. Nos últimos tempos, o Norte e o Nordeste respondem pelo maior número de imigrantes que chegam à região. Segundo o censo de 2000, de cada três nortistas que emigram, um se dirige para o Centro-Oeste. Com o auxílio dessas informações e considerando o processo histórico de povoamento do Centro-Oeste brasileiro, assinale a opção correta.

- a) a grande extensão territorial do Centro-Oeste deriva do fato de a colonização do Brasil ter-se iniciado nessa região, conquistada aos espanhóis, que dela se apossaram em consequência do Tratado de Tordesilhas.
- b) sucessivas correntes migratórias, do século XVII ao presente, fizeram do Centro-Oeste a região brasileira mais populosa proporcionalmente à extensão de sua área geográfica.
- c) Bonito, em Mato Grosso, e o Pantanal Mato-Grossense, cortado pelo rio Araguaia, são dois dos mais expressivos exemplos de belezas naturais com que conta o Centro-Oeste para o desenvolvimento do ecoturismo.
- d) incentivos oferecidos pelo regime militar, na década de 70, explicam o fato de que, mais recentemente, brasileiros provenientes do Sul e do Sudeste sejam os imigrantes que mais se dirigem ao Centro-Oeste.
- e) meta-síntese do programa de governo de JK, Brasília, além das inovações de seu projeto urbanístico e arquitetônico, contribuiu para a interiorização do desenvolvimento brasileiro e tornou-se pólo de atração de imigrantes.

## A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS NO CAMPO

**310. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018)** A proteção a civis em conflitos armados é regra absoluta de direito internacional humanitário e deve prevalecer mesmo nos períodos em que civis venham a engajar-se diretamente em hostilidades.

- Certo
- Errado

**311. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018)** Julgue (C ou E) o item a seguir, acerca do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário.

Se em conflitos armados internacionais um combatente capturado pelo inimigo tem a proteção que advém do status de prisioneiro de guerra, essa mesma proteção não é prevista em caso de conflitos armados não internacionais.

- Certo
- Errado

**312. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)**

Nos anos 70 do século passado, cerca de 60% da população do Centro-Oeste vivia no campo. Em 2006, aproximadamente 74% estavam nas cidades. A crescente mecanização da agricultura, que libera mão-de-obra, e os fluxos migratórios vindos de outras regiões brasileiras são fatores relevantes para o vigoroso processo de urbanização observado nessa região. A propósito dessa realidade, assinale a opção correta.

- a) O êxodo rural, que amplia consideravelmente a população urbana, é também reflexo da mecanização das atividades rurais desenvolvidas no Centro-Oeste, as quais têm no denominado agronegócio, na atualidade, um de seus símbolos mais expressivos.
- b) O significativo crescimento da população urbana no Centro-Oeste fez dessa região autêntica exceção no conjunto do país, ainda fortemente marcado pela força econômica e política do campo, o que explica a lenta expansão dos centros urbanos brasileiros.
- c) Apesar da existência de um Plano Piloto, com a maior renda per capita do país, o DF, com seus dois milhões de habitantes, empurra para baixo os indicadores sociais e econômicos do Centro-Oeste, a começar pela taxa de escolaridade da população.
- d) Ao contrário da atual tendência de interiorização das atividades econômicas no país, o desenvolvimento no Centro-Oeste concentra-se em torno das capitais, a começar pelo agronegócio.

- e) A ausência da escravidão no Centro-Oeste, no período colonial, e a implacável perseguição histórica aos índios explicam a inexistência de afro-descendentes e de indígenas na composição demográfica dessa região.

**313. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)**

Os três religiosos paraenses ameaçados de morte, segundo denúncia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à Anistia Internacional, estão na linha de frente da luta pelos direitos humanos. Um deles, o bispo de Xingu, se destaca na luta pelos direitos indígenas e contra os grileiros que agem no sudeste do Pará, principalmente em Altamira. As ameaças ao bispo de Abaetetuba vieram após o religioso ter denunciado o caso da menina de 16 anos mantida em um cárcere masculino. Outro religioso ameaçado é um frei, advogado da Comissão Pastoral da Terra em Xinguara, no sul do Pará, há décadas engajado na luta dos trabalhadores rurais sem terra por reforma agrária O Globo, 12/4/2008, p. 12 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

I A questão da terra sempre foi tema explosivo no Brasil e ganhou maior intensidade a partir de meados do século passado, quando o tema da reforma agrária entrou na agenda política do país.

II Deduz-se do texto que os três religiosos ora ameaçados defendem uma solução conciliatória, de modo que posseiros e grileiros possam ser atendidos e respeitados em seus direitos.

III O incidente de Abaetetuba ganhou visibilidade ao ser amplamente noticiado, e o fato de uma adolescente ter sido encarcerada junto a homens, que a violentaram no cárcere, gerou repulsa em amplos setores da sociedade.

IV A inexistência de assentamentos rurais na região amazônica funciona como estopim que incendeia o cenário de tensão existente em várias localidades, entre as quais estão o sul e o sudeste do Pará.

V Há consenso entre os especialistas de que o enfrentamento adequado do problema fundiário na região Norte e no país exige a criação de órgão específico da administração federal para tratar da reforma agrária.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

## INTEGRAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E ESTRUTURA URBANA, REDE DE TRANSPORTES E SETOR AGRÍCOLA NO BRASIL

**314. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018)** A tabela a seguir mostra as porcentagens, sobre o total da população ocupada, da população ocupada por setor produtivo: B = baixa produtividade (agricultura, comércio e serviços); M = média produtividade (manufatura, construção, transporte e comunicação); e A = alta produtividade (mineração, eletricidade, gás, água, atividades financeiras e imobiliárias), na América Latina (AL), no Brasil (BR), no México (MX), no Paraguai (PG) e no Uruguai (UG), nos anos indicados.

		1990	1994	1997	1999	2002	2005	2008	2010	2011	2012	2013
AL	B	...	...	67,9	68,3	68,8	68,5	67,0	67,1	...	67,2	66,7
	M	...	...	26,2	25,9	25,3	25,4	26,2	25,4	...	25,0	25,2
	A	...	...	5,7	5,6	5,8	5,9	6,6	7,3	...	7,7	7,8
BR	B	66,3	...	...	70,3	66,6	66,7	64,2	...	63,7	62,7	63,1
	M	26,3	...	...	23,7	25,6	25,4	27,0	...	26,6	27,6	27,5
	A	7,4	...	...	4,0	7,5	7,7	8,6	...	9,5	9,6	9,3
MX	B	...	68,4	...	...	69,9	69,9	70,2	62,8	...	64,4	...
	M	...	29,3	...	...	29,4	29,3	28,9	29,5	...	27,4	...
	A	...	2,3	...	...	0,7	0,9	0,9	7,6	...	7,7	...
PG	B	...	...	...	73,3	...	75,9	71,8	72,1	73,2	73,9	73,0
	M	...	...	...	22,5	...	19,4	22,8	22,4	21,6	20,6	21,0
	A	...	...	...	4,2	...	4,7	5,4	5,4	5,1	5,5	5,9
UG	B	...	...	...	...	...	64,6	64,1	63,9	63,5	62,1	...
	M	...	...	...	...	...	26,2	26,1	26,2	26,4	27,1	...
	A	...	...	...	...	...	9,2	9,8	9,8	10,1	10,7	...

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe.  
Internet: <www.cepal.org/es> (com adaptações).

Com referência à população trabalhadora ocupada, na América Latina, e considerando os dados dos setores produtivos da economia apresentados na tabela anterior, julgue (C ou E) o item subsequente.

A relativa diminuição do número de ocupados no setor de baixa produtividade e o aumento no setor de alta produtividade da economia brasileira, entre 1999 e 2013, é um fenômeno explicado pela perda de importância das commodities agrícolas para o país, que decorre da crise de exportação no período

- ( ) Certo  
( ) Errado

**315. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)** Projeto avaliado em 800 milhões de dólares, iniciado em 2005 e com previsão de término para 2010, a Interoceânica dinamizará a integração entre vizinhos, ao partir de Assis Brasil, no Acre, para desaguar nos portos peruanos de San Juan e Ilo. A construção da estrada gera enorme expectativa para negócios entre os países. Serão mais de 2,5 mil quilômetros, dos quais 60% já estão construídos em diferentes blocos, que ainda precisam ser conectados.  
Jornal do Brasil, 27/7/2008, p. E4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o objetivo da obra nele mencionada, assinale a opção incorreta.

- Com a construção da estrada, pretende-se facilitar o trânsito de mercadorias brasileiras em direção aos cada vez mais promissores mercados da costa do oceano Pacífico.
- A obra, já em andamento, com pouco mais da metade da construção concluída, impulsionará diretamente as relações Norte-Sul no cenário globalizado da economia mundial.
- As atuais alternativas de exportação, como os portos de Paranaguá e de Santos, representam custos muito elevados para produtos da região Norte.
- Uma rodovia como a Interoceânica facilitará a aproximação dos interesses comerciais brasileiros com o rico mercado da costa oeste norte-americana.
- Em síntese, a estrada a que se refere o texto possibilitará a ligação, por terra, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, cortando a América do Sul.

### 316. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)

O cultivo de grãos na Amazônia - entre eles a soja, apontada como uma das vilãs do desmatamento - pode ser uma alternativa para a recuperação de áreas já degradadas da floresta. Uma tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA, que consiste na integração de culturas como o cultivo de grãos, a pecuária e o reflorestamento, começa a ser implantada em fazendas experimentais na região Norte do país. É o chamado sistema integrado de produção.

Folha de S.Paulo, 3/2/2008, p. A18 (com adaptações)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as implicações do tema por ele focalizado, assinale a opção incorreta.

- O comércio de grãos, no atual estágio da economia mundial globalizada, adquire importância capital devido ao montante de recursos que movimenta.
- O Brasil tem no agronegócio, que faz da soja uma de suas estrelas, um de seus mais fortes instrumentos para inserção no mercado mundial.
- A empresa estatal mencionada no texto torna o Brasil uma referência internacional no campo da pesquisa científica vinculada ao campo.
- Áreas já degradadas da floresta, conforme se afirma no texto, podem ser as utilizadas pela pecuária, mas abandonadas pela exaustão do solo usado pelo gado.
- Inferre-se do texto que os lucros da ampliação de áreas de plantio na Amazônia compensam os efeitos ambientais do desmatamento na região.

**317. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL-CESPE-2008)**

Em geral, a região Norte do Brasil tem sua economia baseada no extrativismo vegetal, a exemplo do látex, do açaí, da madeira e da castanha. Não obstante, a região é muito rica em minérios.

Exemplos disso são a serra do Navio, no Amapá, rica em manganês, e a serra dos Carajás, no Pará, de onde se extrai

- a) a maior parte da produção aurífera brasileira.
- b) a maior concentração de diamantes do país.
- c) a totalidade da bauxita existente na América do Sul.
- d) grande parte do minério de ferro que o Brasil exporta.
- e) o combustível que impulsiona as usinas de Angra dos Reis.

**318. (PRF- POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL- CESPE-2002)**

O desenvolvimento do transporte ferroviário no Brasil está diretamente ligado à expansão da cafeicultura, primeiro no estado do Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) e a seguir no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, as ferrovias escoavam a produção cafeeira do Vale do Paraíba até o Porto do Rio. Em São Paulo, elas escoavam a produção cafeeira do interior até o Porto de Santos. O desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil teve início no final da década de 20, no governo de Washington Luís (“Governar é abrir estradas”), quando se construiu a rodovia RioSão Paulo, única pavimentada até 1940. A partir da década de 50, o transporte rodoviário se transformou no principal meio de locomoção do país.

Marcos de Amorim Coelho. Geografia do Brasil.

São Paulo: Moderna, 1999, p. 252-4 (com adaptações).

A partir das informações do texto acima, julgue os itens que se seguem.

Os governos militares, a partir do golpe de 1964 - que derubou o governo João Goulart -, optaram por novos meios de integração do território brasileiro, como as telecomunicações, abandonando os grandes projetos rodoviários.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**319. (PRF- POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL- CESPE-2002)**

A década de 30 assinala o início da modernização brasileira. As circunstâncias que envolveram a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também contribuíram para que a fisionomia do país fosse sendo alterada. Na segunda metade da década de 50, correspondendo aos “Anos JK”, aprofundou-se esse processo modernizador, além de se ter estimulado a sociedade brasileira a acreditar em sua capacidade de criar e de produzir.

Ao aprofundamento das contradições e da crise política do início dos anos 60 correspondeu o golpe militar de 1964, inaugurando uma era que conheceu momentos de grande êxito econômico, em meio a um quadro geral de autoritarismo político, experiência que se esgotaria em cerca de vinte anos. Relativamente a esse quadro da evolução brasileira contemporânea, julgue os itens a seguir.

Ao se constituir em centro dinâmico da economia brasileira, a partir da década de 30, a indústria criou um novo espaço geográfico, que rapidamente passou a concentrar a maior parte da população e da produção do país; daí ser possível associar industrialização com urbanização na moderna configuração do Brasil.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**GABARITO COMENTADO****304.**

Nesses períodos, o território em sua definição concreta e imaginária ganhou configurações que se moldaram ao longo dos anos, até chegar às percepções atuais.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****305.**

A junção entre técnica, ciência e informação viabiliza a inatividade dos aspectos citados, quanto à abordagem geográfica do território, sob leitura da subjetividade.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****306.**

Esses fatores determinam configurações quanto a identidades, em meio a ligações com aspectos territoriais.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****307.**

O conceito está ligado a delimitação de um local específico, mas se localiza em significados mais amplos, como inclusive em alinhamento ao Estado e outras definições.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****308.**

Na questão citada, estrangeiros que vivem há muitos anos no Brasil podem requerer a naturalização. Nessa condição, trata-se da nacionalidade derivada, onde a escolha pela naturalização parte do indivíduo.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****309.**

Em "a", a colonização do Brasil teve início no Nordeste. Em "b", a sentença não corresponde. Em "c", Bonito pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul. Em "d", populações do Nordeste também migraram para a região. Em "e", região passou por esses processo descrito na era JK.

**GABARITO OFICIAL: E.****310.**

Nas situações descritas o direito internacional não se aplica em totalidade.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****311.**

O status de prisioneiro de guerra se aplica a indivíduos mantidos em prisão por combatentes ou algum tipo de exército envolvidos num conflito armado.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****312.**

Em "a", a região ampliou as fronteiras agrícolas e se desenvolveu no setor de agronegócio. Em "b", a sentença citada não corresponde.

Em "c", a maior renda per capita do Brasil vem de São Caetano (SP). Em "d", a interiorização é uma realidade. Em "e", sentença citada não procede.

**GABARITO OFICIAL: A.****313.**

Em "I", o tema surgiu no cenário brasileiro no início dos anos 60. Em "II", a sentença citada não procede. Em "III", a sentença procede, de fato, caso se destacou. Em "IV", o fato mencionada não corresponde. Em "V", fato citado faz sentido.

**GABARITO OFICIAL: B.****314.**

Os commodities agrícolas correspondem a um setor essencial para a economia brasileira, sobretudo para as exportações.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****315.**

Em "a", a construção da estrada não atende essa finalidade. Em "b", vigora o impulso a atividade. Em "c", portos citados ficam nas respectivas regiões do Sul e Sudeste do Brasil. Em "d", sentença não procede. Em "e", sentença não correspondente.

**GABARITO OFICIAL: B****316.**

Em "a", o comércio de grãos tem participação importante no cenário, mas não é o montante principal. Em "b", o açúcar é um dos produtos que mais trazem destaque ao Brasil, como exportador de commodities. Em "c", a sentença não procede. Em "d", fato não correspondente. Em "e", o desmatamento é a principal problemática na Amazônia.

**GABARITO OFICIAL: E****317.**

Em "a", a maior parte da produção aurífera brasileira parte de Minas Gerais. Em "b", sentença não procede. Em "c", dados não se relacionam ao enunciado. Em "d", grande parte desse produto sai da região e movimentada economicamente as cidades locais. Em "e", as usinas de Angra dos Reis, estão localizadas na região Sudeste.

**GABARITO OFICIAL: D.****318.**

O regime militar foi marcado por investimento em rodovias. Nos anos 70, uma das prioridades era contruir estrada em rincões pelo Brasil, em especial na região amazônica.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****319.**

Na sentença em questão, grandes centros e metrópoles nacionais impulsionaram o processo de industrialização em polos na região Sudeste, num cenário marcado pela urbanização crescente.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

# LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

## Sobre o Autor

### **Fernando Paternostro Zantedeschi**

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

## CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB)

**343. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008)** Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos utilizados para a interpretação do CTB.

I - Caminhonete: veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento.

II - Ilha: obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção.

III - Tara: peso próprio do veículo, acrescido dos pesos da carroçaria e equipamento, do combustível, das ferramentas e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluido de arrefecimento, expresso em quilogramas.

IV - Veículo de grande porte: veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a 10.000 kg e de passageiros, superior a vinte passageiros.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

## SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**344. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004)** Considerando a terminologia e a tipificação de veículos automotores, bem como os requisitos para que estes circulem em vias públicas, julgue os itens subsequentes. Características, especificações básicas, configuração dos veículos e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo Sistema Nacional de Trânsito por intermédio do CONTRADIFE.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

## PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

As ações de respeito para com os pedestres

– Motorista, ao primeiro sinal do entardecer, acenda os faróis. Procure não usar a meia-luz.

– Não use faróis auxiliares na cidade.

– Nas rodovias, use sempre os faróis ligados. Isso evita 50% dos atropelamentos. Seu carro fica mais visível aos pedestres.

– Sempre, sob chuva ou neblina, use os faróis acesos.

– Ao se aproximar de uma faixa de pedestres, reduza a velocidade e preste atenção. O pedestre tem a preferência na passagem.

– Motorista, atrás de uma bola vem sempre uma criança.

– Nas rodovias, não dê sinal de luz quando verificar um trabalho de radar da polícia. Você estará ajudando um motorista irresponsável, que trafega em alta velocidade, a não ser punido. Esse motorista, não sendo punido hoje, poderá causar uma tragédia no futuro.

– Não estacione nas faixas de pedestres.

Internet: <<http://www.pedestres.cjb.net>> (com adaptações).

Considerando o texto, julgue o item a seguir.

**345. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002)**

Entre os diversos fatores que ampliam as ações de respeito para com os pedestres, está o fortalecimento do conceito de cidadania, marcante na civilização contemporânea.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**346. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002)**

Não é absoluta a preferência, referida no quinto tópico, dos pedestres que atravessam a via sobre as faixas delimitadas para esse fim, já que, havendo sinalização semafórica no local, eles só poderão atravessar a via quando o sinal luminoso autorizar. Entretanto, é absoluta a preferência em faixas onde não estejam posicionados agentes de trânsito nem semáforos, requerendo-se, contudo, que os pedestres deem um sinal de advertência aos motoristas antes de iniciarem a travessia.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

## ENGENHARIA DE TRÁFEGO

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**347. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002)** Julgue o seguinte item, relativo ao trânsito nas vias brasileiras, segundo o CTB.

Considere a seguinte situação hipotética.

Em julho de 1999, após o levantamento das informações necessárias, o órgão competente deliberou construir uma ondulação transversal em determinada rodovia, de modo que, no segmento, a velocidade máxima fosse reduzida. Ademais, em outro segmento, seria colocado um sonorizador.

Nessa situação, a colocação da ondulação e do sonorizador não contrariará a legislação de trânsito, mas terá de ser realizada em consonância com os padrões e critérios estabelecidos pelo CONTRAN.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**348. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2002)** Considere as seguintes situações hipotéticas, envolvendo veículos, velocidades e vias desprovidas de sinalização regulamentadora de velocidade:

I - trólebus (ônibus elétrico) transitando a 50 km/h em uma via local;

II - motocicleta transitando a 80 km/h em via arterial;

III - microônibus transitando a 108 km/h em uma via de trânsito rápido;

IV - ônibus transitando a 108 km/h em uma rodovia;

V - caminhão transitando a 80 km/h em uma via arterial;

VI - camioneta transitando a 95 km/h em uma estrada;

VII - automóvel transitando a 100 km/h em uma estrada;

VIII - caminhão transitando a 60 km/h em uma via coletora.

Com relação às situações descritas acima, julgue o item a seguir, de acordo com o CTB.

O tipo de veículo que transita nas vias mencionadas nas situações I, II, III e V é irrelevante para efeito de definição da velocidade máxima permitida.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**349. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008)** Acerca da regulamentação do CONTRAN para utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização, nos termos do CTB, assinale a opção correta:

- a) O sistema automático não metrológico de fiscalização não precisa ter sua conformidade avaliada pelo INMETRO, ou entidade por ele acreditada.  
b) A imagem detectada pelo sistema automático não metrológico de fiscalização deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo, registrar a placa do veículo e o dia da infração, não sendo necessário, portanto, constar o horário da infração.

- c) A imagem detectada pelo sistema automático não metrológico de fiscalização deve permitir a identificação do veículo, mas não é necessário registrar o local da infração.  
d) Compete à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via dispor sobre a localização, instalação e operação de sistema automático não metrológico de fiscalização. Quando utilizado esse tipo de sistema na fiscalização, é obrigatória a presença da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito no local da infração.  
e) Antes de efetivar o uso do sistema para a fiscalização de infrações decorrentes da inobservância de sinalização, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via deverá verificar se a sinalização de regulamentação de trânsito exigida pela legislação está em conformidade com essa legislação.

**350. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008)** Entre as autoridades públicas apresentadas nas opções a seguir, aquela cuja placa em veículo de representação pessoal usa as cores verde e amarela da Bandeira Nacional é o:

- a) presidente de tribunal federal.  
b) governador de estado.  
c) procurador-geral da República.  
d) oficial general das Forças Armadas.  
e) prefeito.

**351. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008)** A Resolução nº 32/1998 do CONTRAN aprovou modelos de placa para veículos de representação de diversas autoridades. Acerca dessas placas, assinale opção correta.

- a) Os prefeitos municipais podem determinar os modelos de placas de veículos oficiais utilizados por ele e sua equipe, o que se explica pelo princípio da separação dos poderes.  
b) Os modelos de placas dos veículos oficiais de representação de governador de estado ou do DF serão, necessariamente, diferentes dos modelos de seus vices.  
c) Os modelos de placas de representação para veículos oficiais dos ministros dos tribunais serão utilizados mediante solicitação dos presidentes dessas cortes.  
d) Nos veículos oficiais utilizados por prefeitos municipais, as placas terão fundo vermelho e letras e números em branco, sendo opcional o emblema da unidade federativa.  
e) A resolução mencionada permite que as dimensões das placas de veículo oficial sejam livremente escolhidas pela autoridade que utilizará o veículo.

## GABARITO COMENTADO

**343.**

Os conceitos apresentados pela questão estão previstos no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "I": Falsa – Caminhonete é o veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas. O item descreve, na verdade, uma camioneta

Afirmativa "II": Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Ilha prevista no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "III": Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Tara prevista no Anexo I do CTB/1997.

Afirmativa "IV": Verdadeira – A definição apresentada corresponde à definição de Veículo de Grande Porte prevista no Anexo I do CTB/1997.

**GABARITO OFICIAL: D**

**344.**

Segundo o art. 97 do CTB, as características dos veículos, suas especificações básicas, configuração e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo CONTRAN, em função de suas aplicações.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**345.**

O fortalecimento da cidadania permite maior respeito para com os pedestres. Segundo o art. 72 do CTB, todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código. Além disso, prescreve o art. 68 do CTB que é assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**346.**

A preferência dos pedestres para atravessar em faixas onde não estejam posicionados agentes de trânsito nem semáforos não requer que os mesmos deem um sinal de advertência aos motoristas. Tal situação não está prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**347.**

Dispõe o art. 91 do CTB que O CONTRAN estabelecerá as normas e regulamentos a serem adotados em todo o território nacional quando da implementação das soluções adotadas pela Engenharia de Tráfego, assim como padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. Em relação ao sonorizador e a colocação de ondulação, É proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade, salvo em casos especiais definidos pelo órgão ou entidade competente, nos padrões e critérios estabelecidos pelo CONTRAN (art. 94, par. único, CTB).

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**348.**

Segundo o art. 61 do CTB, a velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Não havendo sinalização, o Código de Trânsito apenas faz distinção em relação a velocidade dos veículos nas vias rurais, não nas vias urbanas. A velocidade máxima, nas vias urbanas mencionadas pelos itens do enunciado da questão, é de: trinta quilômetros por hora, nas vias locais; sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais; e oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido (art. 61, § 1º, I, CTB).

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**349.**

Em "a": Errado - O sistema automático não metrológico de fiscalização necessita estar em conformidade com as avaliações feita pelo INMETRO.

Em "b": Errado - O medidor de velocidade dotado de dispositivo registrador de imagem deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo, registrar outros dados essenciais como Data e hora da infração, conforme dispõe o art. 2º, I, c, da Resolução nº 396/2011 do CONATRAM.

Em "c": Errado - O medidor de velocidade deve conter o local da infração identificado de forma descritiva ou codificado; conforme dispõe o art. 2º, II, b, da Resolução nº 360/2011 do CONATRAM.

Em "d": Errado - Não é obrigatória a presença da autoridade de trânsito ou de seu agente, no local da infração, quando utilizado o medidor de velocidade com dispositivo registrador de imagem (art. 4º, § 1º, Res. nº 396/2011 do CONATRAM).

Em "e": Certo - É o texto do art. 7º da Resolução nº 396/2011 do CONATRAM.

**GABARITO OFICIAL: E**

**350.**

Em "a": Errado - O presidente do Tribunal Federal não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

Em "b": Errado – O governador de Estado não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

Em "c": Certo – Segundo o art. 115, § 2º, do CTB, as placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

Em "d": Errado – O oficial geral das Forças Armadas não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

Em "e": Errado – O prefeito não pode ter em veículo de representação pessoal a utilização de placa de cores verde e amarela da Bandeira Nacional.

**GABARITO OFICIAL: C**

**351.**

Em "a": Errado - Nos veículos oficiais utilizados por Prefeitos as placas são: fundo preto e caracteres cinza metálico.

Em "b": Errado – Os vice-Governadores poderão adotar o mesmo modelo de placa dos Governadores, conforme dispõe o art. 2º da Resolução nº 32/1998 do CONTRAN.

Em "c": Certo – É o texto do art. 2º, 2, da Res. nº 32/1988 do CONTRAN.

Em "d": Errado - As placas do fundo vermelho com letras e números em branco é da categoria aluguel.

Em "e": Errado - Através da Resolução nº 309/09, o Contran estabeleceu que quando a placa não couber no receptáculo a ela destinado no veículo o Denatran poderá (trata-se de ato discricionário) autorizar redução de até 15% no seu comprimento, desde que devidamente justificado pelo seu fabricante ou importador, mantida a altura dos caracteres alfanuméricos e os espaços a eles destinados.

**GABARITO OFICIAL: C**

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## Sobre a Autora

### **M<sup>a</sup> Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

**ATO ADMINISTRATIVO. CONCEITO, REQUISITOS, ATRIBUTOS, CLASSIFICAÇÃO E ESPÉCIES.**

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**360. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que se refere ao regime jurídico administrativo, julgue os itens subsecutivos.

A administração não pode estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares, mas apenas aos seus servidores e aos concessionários, permissionários e delegatários de serviços públicos.

- Certo  
 Errado

**361. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)**

A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.  
A anulação de um ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário. A revogação, por outro lado, pode se dar por meio de processo administrativo.

- Certo  
 Errado

**362. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)**

A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.  
É o atributo da autoexecutoriedade o que permite à administração pública aplicar multas de trânsito ao condutor de um veículo particular.

- Certo  
 Errado

**363. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)**

A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.  
Nem toda ação da administração pública é considerada ato administrativo, a exemplo daquelas praticadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.

- Certo  
 Errado

**364. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)** Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos administrativos e poderes da administração.

Há presunção de legitimidade e veracidade nos atos praticados pela administração durante processo de licitação.

- Certo  
 Errado

**365. (POLÍCIA FEDERAL – TODOS OS CARGOS – CONHECIMENTOS BÁSICOS – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2014)** Julgue o item a seguir, no que concerne aos atos administrativos e ao controle da administração pública.

Mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público.

- Certo  
 Errado

**366. (POLÍCIA FEDERAL – TODOS OS CARGOS – CONHECIMENTOS BÁSICOS – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2014)** Julgue o item a seguir, no que concerne aos atos administrativos e ao controle da administração pública.

Anulação de ato administrativo consiste na extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, sem eficácia retroativa.

- Certo  
 Errado

**AGENTES PÚBLICOS. LEGISLAÇÃO PERTINENTE. LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS. DISPOSIÇÕES DOUTRINÁRIAS. CONCEITO. ESPÉCIES. CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.**

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**367. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que trafegava em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

Ainda que seja absolvido por ausência de provas em processo penal, o PRF poderá ser processado administrativamente por eventual infração disciplinar cometida em razão do acidente.

- Certo  
 Errado

- Certo  
 Errado

**368. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

Anulado o ato de demissão, o servidor estável será reintegrado ao cargo por ele ocupado anteriormente, exceto se o cargo estiver ocupado, hipótese em que ficará em disponibilidade até aproveitamento posterior em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.

- Certo  
 Errado

**369. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

O servidor público federal investido em mandato eletivo municipal somente será afastado do cargo se não houver compatibilidade de horário, sendo-lhe facultado, em caso de afastamento, optar pela sua remuneração.

- Certo  
 Errado

**370. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

Não é possível a aplicação de penalidade a servidor inativo, ainda que a infração funcional tenha sido praticada anteriormente à sua aposentadoria.

- Certo  
 Errado

**371. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue os próximos itens.

A nomeação para cargo de provimento efetivo será realizada mediante prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos ou, em algumas situações excepcionais, por livre escolha da autoridade competente.

- Certo  
 Errado

**372. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Julgue o item que se segue, referente à administração pública.

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação precedente em concurso público de provas e títulos ou de provas, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei ordinária, com exceção das nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A não observância das referidas exigências implicará a punição da autoridade responsável e a manutenção dos efeitos do ato, nos termos da lei.

- Certo  
 Errado

**373. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.

A licença para tratar de interesses particulares, prevista na Lei nº 8.112/1990, exemplo de ato discricionário, pode ser revogada pela administração pública.

- Certo  
 Errado

**374. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014)** No que se refere a organização administrativa e a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, se determinado concurso público destinar-se ao provimento de duas vagas, não será possível que uma dessas vagas seja destinada exclusivamente a pessoa portadora de necessidades especiais.

- Certo  
 Errado

**375. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014)** No que se refere a organização administrativa e a agentes públicos, julgue o item a seguir.

O cargo de dirigente de empresa pública e de sociedade de economia mista é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- Certo  
 Errado

**GABARITO COMENTADO****360.**

Os atos administrativos são dotados do atributo da imperatividade, pelo qual o ato pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes. Daí se extrai a coercibilidade destes atos, permitindo ao Poder Público impor ao particular a obediência a eles.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****361.**

A anulação do ato administrativo não depende de determinação do Poder Judiciário pois vigora o princípio da autotutela, conforme súmula 473, STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Ainda, o artigo 53 da Lei nº 9.784/1999: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****362.**

A multa não é autoexecutória, uma vez que existe a possibilidade de recurso e o infrator não será obrigado a pagar naquele momento, aliás, caso queira coagir ao pagamento a Administração terá que buscar o Judiciário. Contudo, é o atributo da imperatividade que permite à administração aplicar multa de trânsito, pois devido à imperatividade que a administração pode impor seus atos independente de anuência do administrado.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****363.**

As sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e, em razão disso, praticam alguns atos no mesmo nível de igualdade que um particular. Verificam-se os chamados atos da administração quando estão praticando atos regidos pelo direito privado.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.****364.**

Os atos na licitação são atos administrativos, os quais possuem como atributos a presunção de veracidade, pela qual todo ato editado ou publicado pela Administração é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo, o que se denomina "fé pública", e a presunção de legitimidade, pela qual sempre que a Administração agir se presume que o fez conforme a lei. Ambas presunções são relativas e podem ser elididas por outras provas.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.****365.**

O mérito do ato administrativo corresponde à soma dos fatores discricionários, que são oportunidade e conveniência. Assim, o administrador possui nos atos discricionários liberdade para agir da melhor maneira possível, mas está vinculado ao respeito ao interesse público.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.****366.**

A anulação é a retirada do ato administrativo em decorrência de sua invalidade, reconhecida judicial ou administrativamente, preservando-se os direitos dos terceiros de boa-fé. Trata-se da supressão do ato administrativo, com efeito retroativo, por razões de ilegalidade e ilegitimidade. Cabe o exame pelo Poder Judiciário (razões de legalidade e legitimidade) e pela Administração Pública (aspectos legais e no mérito). Gera efeitos retroativos (extinctio), invalida as consequências passadas, presentes e futuras.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****367.**

Prevê o artigo 126, Lei nº 8.112/1990: "a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria". Sendo assim, a absolvição por falta de provas não impede a propositura de processo administrativo.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.****368.**

Disciplina o artigo 41, § 2º, CF: "Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço". Ainda, o artigo 28 da Lei nº 8.112/1990 disciplina a reintegração e prevê seu § 2º: "Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade". Assim, se o cargo que antes ocupada estiver ocupado, será reconduzido mesmo assim e o novo ocupante voltará ao cargo que anteriormente ocupava ou posto em disponibilidade.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****369.**

Disciplina o artigo 94 da Lei nº 8.112/1990: "Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições: I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de vereador: a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem

prejuízo da remuneração do cargo eletivo; b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração". Sendo assim, o erro está em afirmar genericamente que só haverá afastamento do mandato eletivo municipal em caso de horário incompatível, quando expressamente se prevê que para o cargo de prefeito sempre haverá afastamento.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

**370.**

Cabe a aplicação de cassação de aposentadoria, conforme artigo 134, Lei nº 8.112/1990: "Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão".

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

**371.**

Prevê o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990: "A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade". Sendo assim, a nomeação de cargo em provimento efetivo não pode acontecer por livre escolha da autoridade competente, nem mesmo em situações excepcionais.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

**372.**

Disciplina o artigo 37, II, CF: "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração". Sendo assim, a primeira parte da assertiva está correta. Contudo, quanto às consequências da não observância desta norma, prevê o artigo 37, § 2º, CF: "A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei". Sendo assim, não somente será punida a autoridade como também o ato será considerado nulo.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

**373.**

Disciplina o artigo 91 da Lei nº 8.112/1990: "A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração. Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço". Se é concedida a critério da Administração, sem especificação de requisitos, então o ato é discricionário. Por expressa previsão legal, pode ser revogada.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

**374.**

O artigo 5o, § 2o, Lei nº 8.112/1990 prevê: "Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso". Sendo assim, o correto é a reserva de 20%. No MS nº 26310/DF, relatado pelo Ministro Marco Aurélio, julgado em 20 de setembro de 2007, o STF considerou válido o edital de concurso para o preenchimento de duas vagas que não reservou nenhuma para deficientes, entendendo que reservar uma vaga, isto é, cinquenta por cento das vagas existentes, implicaria majoração indevida dos percentuais legalmente estabelecidos.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

**375.**

Os dirigentes de empresas públicas e de sociedades de economia mista são nomeados livremente pelos Chefes do Poder Executivo, nos termos do artigo 84, XIV, CF. No caso, há exercício de cargo comissionado (artigo 37, II, CF) e, em se tratando de relação de confiança para exercício provisório do emprego público, não é celebrado contrato de trabalho, razão pela qual não se sujeitam à CLT. Apenas resta a sujeição a regime estatutário.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## Sobre a Autora

### **M<sup>a</sup> Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

**DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE; DIREITOS SOCIAIS; NACIONALIDADE; CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS; PARTIDOS POLÍTICOS; GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS; GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS.**

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**402. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

A liberdade de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é um exemplo de norma constitucional de eficácia limitada.

- Certo  
 Errado

**403. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014)** Um agente da Polícia Federal foi escalado para atuar em operação para cumprimento de mandado judicial de prisão e de busca e apreensão, durante o dia, de documentos no escritório profissional do investigado.

A respeito da atuação do agente na situação descrita acima, julgue o item a seguir.

O agente poderá acessar o conteúdo de correspondências encontradas no escritório profissional do investigado, uma vez que está prevista na CF, de forma expressa, a possibilidade de violação do sigilo das correspondências quando houver ordem judicial em processo penal.

- Certo  
 Errado

**404. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014)** Um agente da Polícia Federal foi escalado para atuar em operação para cumprimento de mandado judicial de prisão e de busca e apreensão, durante o dia, de documentos no escritório profissional do investigado.

A respeito da atuação do agente na situação descrita acima, julgue o item a seguir.

Mesmo que o investigado ofereça resistência à ordem de prisão, não será possível o uso de algemas para conduzi-lo, uma vez que a CF garante que nenhum cidadão será submetido a tratamento desumano ou degradante.

- Certo  
 Errado

**405. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014)** Um agente da Polícia Federal foi escalado para atuar em operação para cumprimento de mandado judicial de prisão e de busca e apreensão, durante o dia, de documentos no escritório profissional do investigado.

A respeito da atuação do agente na situação descrita acima, julgue o item a seguir.

Mesmo sem o consentimento do proprietário, é permitido ao agente entrar no escritório profissional onde se encontrem os objetos de busca e apreensão.

- Certo  
 Errado

**406. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014)** A respeito dos direitos sociais e das instituições democráticas, julgue o item abaixo.

É livre a associação sindical das categoriais profissionais, sendo vedado ao poder público exigir, para a fundação de um sindicato, que haja seu registro prévio em órgão competente.

- Certo  
 Errado

**407. (POLÍCIA FEDERAL – CONHECIMENTOS BÁSICOS – TODOS OS CARGOS – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2014)** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e da organização do poder judiciário, julgue o item seguinte.

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, a CF incorpora o princípio da irretroatividade irrestrita da lei penal, em respeito ao princípio da legalidade.

- Certo  
 Errado

**408. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

- Certo  
 Errado

**409. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)** No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

- Certo  
 Errado

**410. (POLÍCIA FEDERAL – DELEGADO – CESPE – 2013)**

No que diz respeito aos direitos fundamentais, julgue o item que se segue.

Segundo o STF, caso o interessado alegue que a sentença condenatória tenha sido prolatada exclusivamente com fundamento em prova emprestada, é possível a arguição de nulidade dessa decisão em sede de habeas corpus.

- Certo  
 Errado

**411. (POLÍCIA FEDERAL – DELEGADO – CESPE – 2013)**

No que diz respeito aos direitos fundamentais, julgue o item que se segue.

O exercício do direito de associação e a incidência da tutela constitucional relativa à liberdade de associação estão condicionados à prévia existência de associação dotada de personalidade jurídica.

- Certo  
 Errado

#### PODER EXECUTIVO: FORMA E SISTEMA DE GOVERNO; CHEFIA DE ESTADO E CHEFIA DE GOVERNO.

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

**412. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.

Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os estados ou o DF.

- Certo  
 Errado

**413. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** No que concerne ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsecutivos.

Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei.

- Certo  
 Errado

**414. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Julgue o próximo item, acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Superior Tribunal de Justiça é órgão de terceira instância, cabendo recurso de todas as decisões dos tribunais de justiça dos estados, quando denegatórias, ao referido tribunal superior.

- Certo  
 Errado

**415. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Julgue o próximo item, acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, em recurso extraordinário, a ação direta de inconstitucionalidade.

- Certo  
 Errado

**416. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Julgue o próximo item, acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Cada um dos vinte e seis estados da Federação mais o Distrito Federal elegem três senadores, totalizando oitenta e um senadores com mandato de oito anos, havendo para cada senador dois suplentes.

- Certo  
 Errado

**417. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Julgue o próximo item, acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

É competência indelegável do Congresso Nacional aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.

- Certo  
 Errado

**418. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Julgue o próximo item, acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

A eleição de membros do Conselho da República compete, exclusivamente, à Câmara dos Deputados.

- Certo  
 Errado

**419. (POLÍCIA FEDERAL – CONHECIMENTOS BÁSICOS – TODOS OS CARGOS – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2014)** Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue o item que se segue.

Considere que o Congresso Nacional, para evitar eventual compromisso gravoso ao patrimônio nacional, resolva definitivamente acerca de um tratado internacional. Nessa situação, o ato legislativo, por ser definitivo, deve ser sancionado pelo presidente da República.

- Certo  
 Errado

**420. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)** A respeito da organização político-administrativa brasileira, da administração pública e do Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

Compete privativamente ao presidente da República a concessão de indulto, podendo essa competência, entretanto, ser delegada a outras autoridades, como, por exemplo, a ministro de Estado.

- Certo  
 Errado

**DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES  
DEMOCRÁTICAS: SEGURANÇA PÚBLICA;  
ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.**

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

**421. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Com base nos preceitos constitucionais relativos à Polícia Rodoviária Federal (PRF), julgue o item a seguir.  
À PRF destina-se, na forma da lei, o patrulhamento ostensivo das rodovias estaduais e federais.

- Certo  
 Errado

**422. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012)** Com base nos preceitos constitucionais relativos à Polícia Rodoviária Federal (PRF), julgue o item a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), é atribuição da PRF, na forma da lei, exercer, entre outras funções, a de polícia judiciária.

- Certo  
 Errado

**423. (POLÍCIA FEDERAL – CONHECIMENTOS BÁSICOS – TODOS OS CARGOS – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2014)** Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue o item que se segue.

A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, atua, de forma preventiva e repressiva, no combate a certos delitos, sendo ainda de sua responsabilidade o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União.

- Certo  
 Errado

**424. (POLÍCIA FEDERAL – CONHECIMENTOS BÁSICOS – TODOS OS CARGOS – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2014)** Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue o item que se segue.

O objetivo fundamental da segurança pública, exercida por meio das polícias federal, rodoviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

- Certo  
 Errado

**425. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)** Acerca das disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue o item a seguir.

Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal.

- Certo  
 Errado

**426. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014)** Acerca das disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue os itens a seguir.

A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil.

- Certo  
 Errado

**GABARITO COMENTADO****402.**

As normas de eficácia contida possuem aplicabilidade direta e imediata, mas uma norma infraconstitucional ou da própria constituição pode reduzir sua abrangência. No caso, é garantida a liberdade de exercer qualquer trabalho (artigo 5º, XIII, CF) a princípio de forma plena, mas uma lei posterior pode reduzir esta liberdade, por exemplo, a Lei nº 8.906/1994 – Estatuto da OAB exige a aprovação no exame da ordem para que o bacharel em Direito possa exercer a advocacia. De forma diversa, nas normas de eficácia limitada a norma constitucional só poderá produzir efeitos quando for regulada.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****403.**

Disciplina o artigo 5º, XII, CF: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. A inviolabilidade apenas é relativizada, no caso de ordem judicial, em relação às comunicações telefônicas, conforme expressamente prevê a Constituição. Contudo, vale ressaltar que o entendimento do STF é de que o sigilo de correspondência deve ser garantido apenas quando ela estiver em trânsito, pois chegando ao seu destino se torna um documento como outro qualquer e pode ser apreendido (HC nº 7.814/SP).

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****404.**

Existem três condições para o uso de algemas, notadamente, resistência, receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia, conforme a Súmula Vinculante nº 11 do STF: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****405.**

Aplica-se a regra constitucional à inviolabilidade do domicílio, pois o escritório é domicílio profissional. Prevê a CF em seu artigo 5º, XI: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. Logo, é possível ingressar no escritório durante o dia com autorização judicial.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.****406.**

Neste sentido, prevê a CF a possibilidade de registro no órgão competente: “Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****407.**

Preconiza o artigo 5º, XL, CF: “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. Assim, a irretroatividade não é irrestrita, pois é possível que a lei penal retroaja para beneficiar o réu.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****408.**

Observa-se o artigo 5º, XLIII, CF: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”. Com efeito, equiparam-se a crimes hediondos a tortura, o tráfico e o terrorismo. Nota-se que o racismo não está no rol, estando disciplinado noutro dispositivo, o artigo 5º, XLII, CF: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, sendo assim, não é insuscetível de graça ou anistia.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****409.**

Se um dos pais estava a serviço do Brasil, a criança será considerada brasileira nata automaticamente, sem precisar registrar na repartição brasileira (artigo 12, I, “b”, CF – “são brasileiros natos: [...] os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil”).

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****410.**

O STF no RHC nº 106.398 julgou que a ação penal de habeas corpus não constitui meio jurídico adequado para a apreciação da prova, nem se qualifica como instrumento próprio para o exame de questões pertinentes à eventual justiça da decisão condenatória, o que deve ser feito pela via da revisão criminal, que comporta dilação probatória.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.****411.**

Disciplina o artigo 5º, XVII, CF: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”; e ainda, o artigo 5º, XVIII, CF: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. A CF não prevê o condicionamento à prévia existência de associação com personalidade jurídica.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

412.

Trata-se de competência do Supremo Tribunal Federal (STF), nos termos do artigo 102, I, "e", CF: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: [...] e) "o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o DF ou o território".

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

413.

A competência é conferida ao Presidente da República nos termos do artigo 84, XII, CF, a qual é delegável: "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; [...] Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações". Destaca-se que não há problema algum em efetuar consulta aos órgãos instituídos em lei.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

414.

Eventualmente, o Superior Tribunal de Justiça poderá sim aparecer como uma terceira instância, notadamente quando da interposição de recurso especial em relação a decisão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal (artigo 105, III, CF). Tal recurso, diferente do afirmado, não cabe de todas decisões destes tribunais, mas apenas daquelas que contrariem leis federais – não é, assim, um recurso de mero inconformismo. Por outro lado, o STJ é verdadeira instância especial e possui diversas outras competências, originárias (artigo 105, I, CF) ou em grau recursal ordinário (artigo 105, II, CF), sendo que seu principal papel é o de ser guardião da legislação federal.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

415.

Disciplina a Constituição Federal: "Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; [...]". Sendo assim, a ação direta de inconstitucionalidade, que propicia controle concentrado da Constituição, é originariamente proposta no STF. A via do recurso extraordinário, prevista no artigo 102, III, CF, permite o controle de constitucionalidade, mas na forma difusa e não concentrada.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

416.

Colaciona-se o artigo 46, CF: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. § 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos. § 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. § 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes".

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

417.

Disciplina a Constituição Federal: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares; [...]". Todas as competências exclusivas do artigo 49, CF são indelegáveis.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

418.

De início, basta destacar que o Conselho da República tem composição mista, conforme prevê a CF: "Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam: [...] VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução". Logo, os membros não são eleitos exclusivamente pela Câmara dos Deputados, embora a competência de eleger dois de seus membros seja de fato privativa desse órgão (artigo 51, V, CF). Da mesma forma, o Senado Federal elege privativamente dois membros (artigo 52, XIV, CF) e o Presidente da República nomeia outros (artigo 84, XVII, CF).

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

419.

Prevê a Constituição: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; [...]". Se o Congresso Nacional resolve de forma definitiva, não há que se falar em sanção ou veto por parte do Presidente da República, que apenas promulgará e publicará o Decreto Legislativo mediante Decreto.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

420.

Disciplina a Constituição Federal: "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; [...] Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações".

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

**421.**

Nos termos do artigo 144, § 2º, CF, “a polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”. As rodovias estaduais são patrulhadas pela polícia militar.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

**422.**

Cabe às polícias civis o exercício das funções de polícia judiciária, não à polícia rodoviária federal, conforme artigo 144, § 4º, CF: “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

**423.**

Disciplina a Constituição Federal em seu artigo 144, § 1º: “A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

**424.**

Preconiza o caput do artigo 144, CF: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares”.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

**425.**

Prevê a Constituição Federal em seu artigo 144, § 1º, I: “A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; [...]”.

Os Correios são empresa pública da União e as infrações contra seu patrimônio são de responsabilidade da Polícia Federal no que se refere à apuração.

**GABARITO OFICIAL: CERTO.**

**426.**

O Departamento da Força Nacional de Segurança Pública ou Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), criado em 2004, com sede em Brasília, no Distrito Federal, é um programa de cooperação de Segurança Pública brasileiro, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça (MJ). Contudo, não está no rol de órgãos responsáveis pelo exercício da segurança pública previsto no artigo 144, caput, CF, o qual traz expressamente a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO.**

# DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

## Sobre os Autores

### **Ricardo Bispo Razaboni Junior**

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5910978023588153>

E-mail: razabonijr@gmail.com

### **Rodrigo de Carvalho Gonçalves**

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).

Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.

Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.

Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.

Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.

Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.

Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**430. (PF – DELEGADO – CESPE – 2018)** Severino, maior e capaz, subtraiu, mediante o emprego de arma de fogo, elevada quantia de dinheiro de uma senhora, quando ela saía de uma agência bancária. Um policial que presenciou o ocorrido deu voz de prisão a Severino, que, embora tenha tentado fugir, foi preso pelo policial após breve perseguição. Nessa situação, Severino responderá por tentativa de roubo, pois não teve a posse mansa e pacífica do valor roubado.

- Certo
- Errado

**431. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2018)** Na hipótese de tentativa de subtração patrimonial e morte consumada, o agente responderá pelo crime de latrocínio consumado

- Certo
- Errado

## CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**432. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018)** Constitui crime de peculato na modalidade de desvio a aplicação de recurso para o alcance de finalidade diversa da prevista em lei, ainda que tal aplicação atenda ao interesse público

- Certo
- Errado

**433. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018)** Funcionário público que utilizar o cargo para exercer defesa de interesse privado lícito e alheio perante a administração pública, ainda que se valendo de pessoa interposta, cometerá o crime de advocacia administrativa

- Certo
- Errado

**434. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018)** As condutas dos ilícitos de corrupção passiva e de corrupção ativa são bilaterais e, assim, a condenação do corrupto passivo está vinculada à condenação do corruptor ativo

- Certo
- Errado

**435. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2018)** É possível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública, desde que o prejuízo seja em valor inferior a um salário mínimo

- Certo
- Errado

**436. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO E OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – CESPE – 2018)** Julgue os itens que se seguem, acerca de extinção da punibilidade no direito penal brasileiro.

É causa de extinção da punibilidade a reparação de dano decorrente de peculato culposo por funcionário público, antes do trânsito em julgado de sentença condenatória

- Certo
- Errado

**437. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO E OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – CESPE – 2018)** Situação hipotética: Um médico de hospital particular conveniado ao Sistema Único de Saúde praticou conduta delituosa em razão da sua função, configurando-se, a princípio, o tipo penal do peculato-furto. Assertiva: Nessa situação, como não detém a qualidade de servidor público, o agente responderá pelo crime de furto em sua forma qualificada

- Certo
- Errado

**438. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018)** Valdemar, empresário do setor de frigoríficos, emprega estratégias, como a utilização de produtos químicos, para disfarçar o estado de putrefação de carnes que vende fora do prazo de validade. Ele garante uma mesada a Odair, empregado de agência reguladora do setor e encarregado de elaborar os registros de fiscalização, em troca de ser avisado de qualquer ação não programada do órgão. De posse desse tipo de informação, Valdemar toma providências para que os fiscais não encontrem a carne de má qualidade. Durante a investigação de um caso referente a uma pessoa que sofrera prejuízo à saúde em razão do consumo de carne estragada, escuta telefônica autorizada gera as provas da existência do esquema. A respeito da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir. Odair cometeu os crimes de corrupção passiva e de violação de sigilo funcional qualificado pelo dano a outrem

- Certo
- Errado

**439. (PF – ESCRIVÃO – CESPE – 2018)** João integra uma organização criminoso que, além de contrabandar e armazenar, vende, clandestinamente, cigarros de origem estrangeira nas ruas de determinada cidade brasileira. A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

O crime de contrabando, como o praticado por João e sua organização criminosa, foi tipificado no Código Penal brasileiro em decorrência do princípio da continuidade normativo-típica

- ( ) Certo  
( ) Errado

**440. (TRF – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – CESPE – 2017)** Julgue os itens subsequentes, relativos a crimes contra a administração pública.

A distinção fundamental entre os tipos penais tráfico de influência e exploração de prestígio diz respeito à pessoa sobre a qual recairá a suposta prática delitiva.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**INQUÉRITO POLICIAL. HISTÓRICO, NATUREZA, CONCEITO, FINALIDADE, CARACTERÍSTICAS, FUNDAMENTO, TITULARIDADE, GRAU DE COGNIÇÃO, VALOR PROBATÓRIO, FORMAS DE INSTAURAÇÃO, NOTITIA CRIMINIS, DELATIO CRIMINIS, PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS, INDICIAMENTO, GARANTIAS DO INVESTIGADO; CONCLUSÃO**

**441. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Depois de adquirir um revólver calibre 38, que sabia ser produto de crime, José passou a portá-lo municiado, sem autorização e em desacordo com determinação legal. O comportamento suspeito de José levou-o a ser abordado em operação policial de rotina. Sem a autorização de porte de arma de fogo, José foi conduzido à delegacia, onde foi instaurado inquérito policial.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

O inquérito instaurado contra José é procedimento de natureza administrativa, cuja finalidade é obter informações a respeito da autoria e da materialidade do delito.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**442. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteira. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região.

Nessa situação hipotética, ao tomar conhecimento do homicídio, cuja ação penal é pública incondicionada, a autoridade policial terá de instaurar o inquérito de ofício, o qual terá como peça inaugural uma portaria que conterà o objeto de investigação, as circunstâncias conhecidas e as diligências iniciais que serão cumpridas.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**443. (PF – ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE-2013)** Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação à competência para requerer o arquivamento de autos de IP e às consequências da promoção desse tipo de arquivamento.

Relatado o IP, sob a tese de atipicidade penal do fato, o MP requereu o arquivamento dos autos, o que foi determinado pelo competente juízo, em acolhimento à tese do MP. Nessa situação, o arquivamento dos autos nos termos do requerimento do MP impede a reabertura das investigações pela autoridade policial.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**444. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Delegado da PF instaurou IP para apurar crime cometido contra órgão público federal. Diligências constataram sofisticado esquema de organização criminosa criada com a intenção de fraudar programa de responsabilidade desse ente público.

Com base nessas informações e com relação à prática de crime por organização criminosa, julgue o item seguinte.

A fim de dar celeridade às investigações e em face da gravidade da situação investigada, é possível a infiltração de agentes de polícia em tarefas da investigação, independentemente de prévia autorização judicial.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**445. (PF – PERITO CRIMINAL FEDERAL – CESPE – 2018)**

A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Nesse caso, era dispensável prévia autorização judicial para apreensão dos CDs e DVDs, por isso os policiais agiram corretamente, uma vez que tais objetos estavam relacionados com a infração cometida por Pedro.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**446. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.

O fato de não ser cabível a oposição de exceção de suspeição à autoridade policial na presidência do IP faz, por consequência, que não sejam cabíveis as hipóteses de suspeição em investigação criminal.

- Certo
- Errado

**447. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Com referência à interceptação de comunicação telefônica, ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime de lavagem de capitais e a crimes cibernéticos, julgue o seguinte item.

A interceptação da comunicação telefônica poderá ser realizada de ofício pela autoridade policial desde que o IP tenha como objetivo investigar crime hediondo, organização criminosa ou tráfico ilícito de entorpecentes.

- Certo
- Errado

**448. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Em diligência com o objetivo de combater o tráfico internacional de entorpecentes, policiais federais localizaram uma plantação de maconha, onde encontraram equipamentos utilizados para embalar a droga. No local, foram apreendidos dinheiro e veículos e foram presas cinco pessoas que se encontravam na posse dos bens e cuidavam da plantação. Nessa situação hipotética, havendo indícios suficientes da existência de outros bens adquiridos pelos indivíduos presos com os proventos decorrentes da comercialização da maconha, a autoridade policial deverá imediatamente apreender esses bens, ainda que eles estejam na posse de terceiros, devendo, ainda, determinar às autoridades supervisoras do Banco Central do Brasil o bloqueio de valores existentes em movimentações bancárias em nome desses indivíduos presos

- Certo
- Errado

**449. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação à competência para requerer o arquivamento de autos de IP e às consequências da promoção desse tipo de arquivamento. Requerido pelo procurador-geral da República o arquivamento de IP, os autos foram encaminhados ao STF, órgão com competência originária para o processamento e o julgamento da matéria sob investigação, para as providências cabíveis. Nessa situação, o pedido do procurador-geral da República não estará sujeito a controle jurisdicional, devendo ser atendido.

- Certo
- Errado

**450. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2013)** No item abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao inquérito policial e suas peculiaridades, às atribuições da Polícia Federal e ao sistema probatório no processo penal brasileiro.

Uma quadrilha, em determinado lapso temporal, realizou, em larga escala, diversos roubos de cargas e valores transportados por empresas privadas em inúmeras operações interestaduais, o que ensejou a atuação da Polícia Federal na coordenação das investigações e a instauração do competente inquérito policial. Nessa situação hipotética, findo o procedimento policial, os autos deverão ser remetidos à justiça estadual, pois a atuação da Polícia Federal não transfere à justiça federal a competência para processar e julgar o crime.

- Certo
- Errado

**PROVA. PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME. REQUISITOS E ÔNUS DA PROVA. NULIDADE DA PROVA. DOCUMENTOS DE PROVA. RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS. ACAREAÇÃO. INDÍCIOS. BUSCA E APREENSÃO.**

**451. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** A prova declarada inadmissível pela autoridade judicial por ter sido obtida por meios ilícitos deve ser junta em autos apartados dos principais, não podendo servir de fundamento à condenação do réu.

- Certo
- Errado

**452. (PF – ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2013)** No curso de uma investigação federal de grande porte, o juízo federal autorizou medida de busca e apreensão de bens e documentos, conforme descrito em mandado judicial, atendendo a representação da autoridade policial. Na realização da operação, houve dificuldade de identificação e de acesso ao imóvel apresentado na diligência, por estar situado em zona rural. Nesse mesmo dia, no entanto, durante a realização de outras diligências empreendidas no curso de operação policial de grande porte, os agentes chegaram ao sobredito imóvel no período noturno. Apresentaram-se, então, ao casal de moradores e proprietários do bem, realizando a leitura do mandado, com a exibição do mesmo, obedecendo às demais formalidades legais para o cumprimento da ordem judicial. Desse modo, solicitaram autorização dos moradores para o ingresso no imóvel e realização da diligência. Considerando a situação hipotética acima, julgue os próximos itens, com base nos elementos de direito processual.

Na execução regular da diligência, caso haja suspeita fundada de que a moradora oculte consigo os objetos sobre os quais recaia a busca, poderá ser efetuada a busca pessoal, independentemente de ordem judicial expressa, ainda que não exista mulher na equipe policial, de modo a não retardar a diligência.

- Certo  
 Errado

**453. (PF – AGENTE FEDERAL DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE– 2000)** O reconhecimento da menoridade de Juca requererá prova por documento hábil.

- Certo  
 Errado

**454. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Acerca da prova no processo penal, julgue o item a seguir.

Na falta de perito oficial para realizar perícia demandada em determinado IP, é suficiente que a autoridade policial nomeie, para tal fim, uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área técnica relacionada com a natureza do exame.

- Certo  
 Errado

**455. (PF – PERITO CRIMINAL FEDERAL – CESPE – 2018)**

A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia. Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Para a comprovação da materialidade do crime praticado por Pedro, são indispensáveis a perícia por amostragem, para comprovação da falsidade do produto, e a inquirição das supostas vítimas — no caso, os produtores das mídias originais.

- Certo  
 Errado

**456. (PF – PAPILOSCOPISTA FEDERAL – CESPE – 2018)**

Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteira. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região.

Nessa situação hipotética, para que a perícia verifique a natureza e a eficiência da arma utilizada pelo traficante, esta deverá ser apreendida por meio de mandado expedido por autoridade judiciária: a autoridade policial não poderá atuar de ofício para tal finalidade.

- Certo  
 Errado

## PRISÃO EM FLAGRANTE

**457. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE– 2013)** A prisão temporária só poderá ser decretada mediante representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público, vedada sua decretação de ofício pelo juiz.

- Certo  
 Errado

**458. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2004)** Com referência à situação hipotética acima apresentada, julgue os itens a seguir.

Estará configurado o denominado flagrante próprio, na hipótese de o condutor do veículo ter sido preso ao acabar de desfechar o tiro de revólver no policial rodoviário federal.

- Certo  
 Errado

**459. (PF – AGENTE FEDERAL DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE– 2009)** Por completa falta de amparo legal, não se admite o flagrante forjado, que constitui, em tese, crime de abuso de poder, podendo ser penalmente responsabilizado o agente que forjou o flagrante

- Certo  
 Errado

**460. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal.

Situação hipotética: A polícia foi informada da possível ocorrência de crime em determinado local. Por determinação da autoridade policial, agentes se dirigiram ao local e aguardaram o desenrolar da ação criminosa, a qual ensejou a prisão em flagrante dos autores do crime quando praticavam um roubo, que não chegou a ser consumado. Foi apurado, ainda, que se tratava de conduta oriunda de grupo organizado para a prática de crimes contra o patrimônio. Assertiva: Nessa situação, o flagrante foi lícito e configurou hipótese legal de ação controlada.

- Certo  
 Errado

**461. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal. A inafiançabilidade nos casos de crimes hediondos não impede a concessão judicial de liberdade provisória, impedindo apenas a concessão de fiança como instrumento de obtenção dessa liberdade.

- Certo
- Errado

**462. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** A fim de garantir o sustento de sua família, Pedro adquiriu 500 CDs e DVDs piratas para posteriormente revendê-los. Certo dia, enquanto expunha os produtos para venda em determinada praça pública de uma cidade brasileira, Pedro foi surpreendido por policiais, que apreenderam a mercadoria e o conduziram coercitivamente até a delegacia.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Em regra, após a condução coercitiva de Pedro à delegacia, a competência para lavrar o auto de prisão em flagrante é da autoridade policial.

- Certo
- Errado

**463. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal. Situação hipotética: Um cidadão foi preso em flagrante pela prática do crime de corrupção ativa. A autoridade policial, no prazo legal do IP, remeteu os autos ao competente juízo, quando foi decretada a prisão preventiva do indiciado. Assertiva: Nessa situação, estão preenchidos os requisitos legais para a concessão da fiança, razão por que ela poderá ser concedida como contracautela da prisão anteriormente decretada.

- Certo
- Errado

**464. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** Acerca de execução penal, de crimes de abuso de autoridade, de crimes contra a criança e o adolescente e de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, julgue o item que se segue.

O crime de estupro praticado contra criança ou adolescente é insuscetível de fiança.

- Certo
- Errado

**465. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2018)** João integra uma organização criminosa que, além de contrabandar e armazenar, vende, clandestinamente, cigarros de origem estrangeira nas ruas de determinada cidade brasileira.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Se João for preso em flagrante e o escrivão estiver impossibilitado de proceder à lavratura do auto de prisão, a autoridade policial poderá designar qualquer pessoa para fazê-lo, desde que esta preste o compromisso legal anteriormente.

- Certo
- Errado

**466. (PF – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE-2014)** No que se refere ao exame de corpo de delito, julgue o item seguinte.

A autoridade providenciará que, em dia e hora previamente marcados, seja realizada a diligência de exumação para exame cadavérico, devendo-se lavrar auto circunstanciado da sua realização.

- Certo
- Errado

**467. (PF – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE-2014)** A respeito da prisão temporária, julgue o item que se segue.

Nos crimes de tráfico de drogas, em caso de necessidade extrema comprovada, poderá ser decretada a prisão temporária pela autoridade policial, que terá o prazo de vinte e quatro horas para comunicar a prisão e encaminhar a representação pertinente ao juiz competente.

- Certo
- Errado

**GABARITO COMENTADO****430.**

O momento de consumação do crime de roubo costumava causar discussões acirradas, até que no ano de 2016, o Superior Tribunal de Justiça, por meio do verbete da Súmula nº 582 colocou uma pá de cal no assunto determinando que a consumação de respectivo delito ocorre com a inversão da posse do bem, pouco importante se a posse é mansa e pacífica ou desviada. Eis o teor da súmula, que espelha, inclusive, todo o caso apontado no enunciado da questão: "Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada".

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****431.**

A questão é polêmica. Isso porque, se a resposta se der com base no artigo 14, inciso I, do Código Penal, estão estaria errada, pois a legislação penal exige a configuração de todos os elementos constitutivos do crime para a consumação. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ignorando o teor do mencionado artigo, editou súmula sobre o tema sedimentando o entendimento de que o latrocínio estará consumado, ainda que a subtração não tenha sido efetivamente alcançada, desde que consumado o resultado morte. Eis o teor da Súmula nº 610 do STF: "Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima".

**GABARITO OFICIAL: CERTO****432.**

O crime de Peculato na modalidade desvio (art. 312 do CP) exige, para a configuração, que o proveito do crime seja destinado ao próprio agente público ou para terceiro. Todavia, o enunciado aponta que a aplicação do recurso foi desviado atendendo ao interesse público, limitando-se a contrariar finalidade correta prevista em lei. Nessa hipótese, o crime é outro, Trata-se do delito de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas, previsto no art. 315 do CP.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****433.**

O crime de Advocacia Administrativa, previsto no art. 321 do CP, consiste em patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário. O interesse patrocinado pode ser lícito ou não (caso seja ilícito/ilegítimo, consistirá em modalidade qualificada do respectivo delito).

**GABARITO OFICIAL: CERTO****434.**

Apesar de se tratarem de dois lados da mesma moeda (corrupção praticada entre particular e funcionário público), a consumação de um dos delitos não necessariamente vincula o outro. São crimes autônomos e independentes. É perfeitamente possível que um funcionário público solicite propina (art. 317 do CP) e o particular se negue em atendê-lo (consumação apenas da corrupção passiva), ou que o particular ofereça vantagem ilícita (art. 333 do CP) e o funcionário público se negue e anuncie voz de prisão em flagrante (consumação apenas do delito de corrupção ativa).

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****435.**

Os crimes contra a Administração Pública não levam em consideração apenas os impactos patrimoniais. Isso porque são delitos que, por natureza, violam diversos princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam a função pública. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 599 no ano de 2017 que assim anuncia: "O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública".

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****436.**

O crime de Peculato é o único delito contra a Administração Pública que prevê modalidade culposa. Além disso, apresenta hipótese de extinção da punibilidade, desde que o agente restitua a coisa ou repare o dano causado antes da sentença irrecorrível (trânsito em julgado). É o que se extrai do artigo 312, §3º, do CP.

**GABARITO OFICIAL: CERTO****437.**

O art. 327 do CP aponta quem será considerado funcionário público para fins penais. Nesse sentido, funcionário público não se limita ao agente aprovado mediante concurso público. Basta que o agente exerça cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente e/ou sem remuneração. No caso em tela, apesar de se tratar de médico de hospital particular, fica claro que exerce função no Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, é equiparado a funcionário público para fins penais e, portanto, o crime praticado será Peculato-furto.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****438.**

O caso envolve fiscal público (Odair) que deveria atuar em nome da Administração Pública para evitar irregularidade no setor frigorífico. Todavia, recebendo mesada de particular para avisar o corruptor ativo de visitas surpresas de fiscalização, pratica o crime de corrupção passiva (art. 317 do CP). Fornecendo informações que deveria permanecer em segredo, consuma também o crime de violação de sigilo funcional (art. 325 do CP). Considerando que alguém foi atingido pelo consumo de carne estragada, alcança a forma consumada do mencionado delito (§2º).

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**439.**

O princípio da continuidade normativo-típica consiste na migração de determinado crime de um tipo penal para outro. Foi exatamente o que ocorreu com o delito de contrabando que encontrava-se previsto no artigo 334 do CP. Com o advento da Lei nº 13.008/2014, houve a revogação (meramente formal) do art. 334, e a criação do artigo 334-A. A conduta do crime de contrabando continuou sendo a mesma, contando, apenas, com pena mais severa. Perceba que, independentemente da pena aplicada, a conduta criminalizada continuou a mesma, tendo sido apenas deslocada para outro tipo penal. Eis o fenômeno decorrente da continuidade normativo-típica.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**440.**

Os crimes de Tráfico de Influência (art. 332 do CP) e Exploração de Prestígio (art. 357 do CP) são, aos menos em relação à conduta, praticamente idênticos. São delitos em que o agente, mediante enganação visa obter vantagem indevida. A diferença básica entre ambos são os personagens utilizados para a aplicação da enganação. Enquanto que no tráfico de influência o agente vale de menção de algum funcionário público na enganação da vítima, no delito de exploração de prestígio o agente conta com a menção de juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**441.**

Trata-se do conceito doutrinário de IP, visto que é um PROCEDIMENTO administrativo, de caráter informativo, que visa apurar indícios de autoria e materialidade, nos termos do Art. 4º do CPP.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**442.**

Art. 5º, I, do CPP, o inquérito policial é instaurado pela autoridade policial que irá presidi-lo, quando toma conhecimento, por conta própria, da prática de um delito. A autoridade policial ao tomar conhecimento da prática de crime de ação penal pública incondicionada, tem o dever de instaurar o inquérito policial, sob pena do cometimento do crime de prevaricação.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**443.**

Observe o art. 18, do CPP: Depois de arquivado o inquérito policial pela autoridade judiciária, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícias. E observe a Súmula 524 do STF, arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**444.**

De acordo com o art. 10, da Lei nº 12.850/2013, diz que a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**445.**

Flagrante independe de autorização judicial, conforme art. 302, I, do CPP, considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**446.**

Art. 104, do CPP, se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**447.**

Dispõe o art. 3º, da Lei nº 9.296/1996, que a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada **pelo juiz, de ofício** ou a requerimento:

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**448.**

Art. 60, da Lei nº 11.343/2006, o **juiz**, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos dos crimes previstos nesta Lei, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**449.**

**O art.28, do CPP, se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Procurador Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.**

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

450.

Conforme art. 39, § 5º, do CPP, o *órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal*, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

451.

Vamos verificar de início a expressão “quem de direito”. Esta expressão evidencia a intenção do legislador em assegurar somente a determinadas pessoas a prerrogativa de controlar a entrada, a permanência e a saída do domicílio. O sujeito passivo pode ser uma pessoa a quem os demais habitantes da casa estão subordinados, ou diversas pessoas, habitantes da mesma residência, em relação isonômica. Seguindo a observação de Cleber Masson, no regime de subordinação, como é o caso de uma família, exemplificativamente, não são todos os seus membros que podem permitir a entrada ou a permanência de terceiros na residência, mas apenas o pai e a mãe, que administram os interesses familiares em igualdade de condições.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

452.

Observe a **Súmula 74, do STJ. Menoridade. Reconhecimento. Prova. Necessidade de documento hábil**. Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

453.

Conforme disposto no art. 159, § 1º, do CPP, na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

454.

Conforme Súmula 574 do STJ: Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

455.

artigo 244 CPP A Busca Pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papeis que constituam corpo de delito.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

456.

Conforme disposto no art. 2º, da Lei nº 7.960/1989. A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

457.

**Flagrante próprio (real, verdadeiro, propriamente dito):** o agente está praticando a ação ou acabou de cometê-la. E o **art. 301, do CPP**, qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrada encontrado em flagrante delito.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

458.

Como ensina Norberto Avena, flagrante forjado é aquele no qual o fato típico não foi praticado, sendo simulado pela autoridade ou pelo particular com o objetivo direto de incriminar falsamente alguém. Caracteriza-se pela absoluta ilegalidade e sujeita o responsável a responder criminalmente por essa conduta.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

459.

O Art. 8º, caput e § 1º, da Lei nº 12.850/2013, consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

460.

Crimes Hediondos, e seus equiparados - tráfico; terrorismo; tortura - admitem liberdade provisória, desde que **sem o pagamento de fiança**. Quando se diz que um crime é infiançável, não quer dizer que ele é insusceptível de liberdade provisória.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

461.

De acordo com o art. 307, do CPP, quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não o for a autoridade que houver presidido o auto.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**462.**

De acordo com o art.324, IV, do CPP, não será, igualmente, concedida fiança quando presentes os motivos que autorizem a decretação da prisão preventiva.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**463.**

Observe o art. 5º, XLII, da CF, a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. E segundo a Lei nº 8.072/1990, são crimes hediondos, entre outros: homicídio simples quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente; homicídio qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante sequestro e na forma qualificada; estupro; estupro de vulnerável; epidemia com resultado morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos; genocídio. de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**464.**

Observe o art. 305, do CPP, na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal. E o art. 808, do CPP, na falta ou impedimento do escrivão e seu substituto, servirá pessoa idônea, nomeada pela autoridade, perante quem prestará compromisso, lavrando o respectivo termo.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**465.**

De acordo com o art. 2º, da Lei nº 7.960/1989, a prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**466.**

Nos termos do art. 163, do CPP, em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**467.**

O art. 516, do CPP, diz que o juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

# DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

## Sobre a Autora

### **M<sup>a</sup> Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

## TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS. CONCEITO, TERMINOLOGIA, ESTRUTURA NORMATIVA, FUNDAMENTAÇÃO.

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**485. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue os itens subsequentes.

A expressão direitos humanos de primeira geração refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos.

- Certo  
 Errado

**486. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue os itens subsequentes.

Conforme a teoria positivista, os direitos humanos fundamentam-se em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável.

- Certo  
 Errado

## DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**487. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, relativos aos direitos humanos.

A possibilidade de extensão aos estrangeiros que estejam no Brasil, mas que não residam no país, dos direitos individuais previstos na CF deve-se ao princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil.

- Certo  
 Errado

**488. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, relativos aos direitos humanos.

Equivalem às normas constitucionais originárias os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

- Certo  
 Errado

**489. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens seguintes. A Constituição da República protege todas as formas de vida, inclusive a uterina.

- Certo  
 Errado

**490. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

Somente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país é assegurado o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

- Certo  
 Errado

**491. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Acerca dos direitos de cidadania e do pluralismo jurídico, julgue os itens que se seguem.

Os direitos de cidadania são, no Estado democrático de direito, todos aqueles relativos à dignidade do cidadão, como sujeito de prestações estatais, e à participação ativa na vida social, política e econômica do Estado.

- Certo  
 Errado

**492. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

- Certo  
 Errado

**493. (PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CESPE - 2013)** Julgue os itens subsequentes, relativos aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante.

- Certo  
 Errado

**GABARITO COMENTADO****485.**

Classicamente, pela teoria de Karel Vasak, as normas de direitos humanos se dividem em três dimensões, sendo que a primeira é composta pelos direitos de liberdade, notadamente, direitos civis e políticos. A alternativa descreve a segunda dimensão, a dos direitos de igualdade, composta pelos direitos sociais, culturais e econômicos. Com efeito, a terceira dimensão é composta pelos direitos de fraternidade ou direitos difusos e coletivos.

**GABARITO OFICIAL ERRADO.****486.**

A origem do reconhecimento de uma categoria de direitos associada a uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável repousa no jusnaturalismo e não no positivismo. Pelo contrário, a teoria positivista afirma em geral que as ordens jurídicas, mesmo as superiores, que estão no topo do sistema jurídico, são mutáveis e derogáveis – tanto que a doutrina clássica afirma ser ilimitado o poder constituinte originário.

**GABARITO OFICIAL ERRADO.****487.**

Por mais que o caput do artigo 5º da CF apenas preveja garantia expressa quanto aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, entende-se que os direitos individuais previstos no rol são extensíveis aos demais estrangeiros, mesmo que estejam apenas de passagem no território brasileiro, pois o artigo 4º, II, CF assegura a prevalência dos direitos humanos como um dos princípios que rege as relações internacionais do Brasil. Seria inaceitável, neste contexto, deixar desprotegidos de direitos individuais, que são a essência dos direitos humanos, aqueles estrangeiros que não estivessem residindo no Brasil.

**GABARITO OFICIAL CERTO.****488.**

A pergunta é bastante capciosa, porque realmente os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, têm força de norma constitucional. No entanto, se equiparam às emendas constitucionais, que tipicamente são normativas que decorrem do exercício de poder constituinte derivado. Logo, a norma constitucional não é originária, mas sim derivada. O correto seria a assertiva colocar: "Equivalem às normas constitucionais derivadas [...]".

**GABARITO OFICIAL ERRADO.****489.**

Como acentua Alexandre de Moraes, "o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que constitui-se em pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos. A Constituição Federal, é importante ressaltar, protege a vida de forma geral, inclusive a uterina". Neste sentido, o STF tem reiteradas decisões e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos assegura.

**GABARITO OFICIAL CERTO.****490.**

O artigo 5º, CF se estende a todos estrangeiros, mesmo os que estejam em trânsito no Brasil, devido ao princípio da primazia dos direitos humanos (artigo 4º, II, CF).

**GABARITO OFICIAL ERRADO.****491.**

Os direitos da cidadania vão muito além do direito à nacionalidade e à participação política, abrangendo também uma dimensão participativa, de direito e dever de integração do cidadão à vida em sociedade.

**GABARITO OFICIAL CERTO.****492.**

Prevê o art. 12, I, "c", CF: "São brasileiros: I - natos: [...] c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira". O erro da alternativa está na afirmação de que o brasileiro seria naturalizado, mas é nato.

**GABARITO OFICIAL ERRADO.****493.**

Conforme artigo 5º, LII, CF, "não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião".

**GABARITO OFICIAL ERRADO.**

# LEGISLAÇÃO ESPECIAL

## Sobre a Autora

### **M<sup>a</sup> Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

## ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS E FUNCIONAMENTO DA PRF

Instrução: Nas questões a seguir, preenche nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o tem ERRADO.

**468. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

Considere a seguinte situação hipotética. Durante uma abordagem de rotina feita pela PRF em determinada rodovia federal, foram apreendidos aproximadamente cem quilos de entorpecentes, entre crack, haxixe e cocaína. O motorista, único ocupante do veículo onde estavam as drogas, confessou a prática do delito, tendo afirmado, ainda, que adquirira as drogas para revendê-las e que as estava transportando para um depósito em local seguro. Nessa situação, cabe à chefia do distrito regional da PRF do estado em que ocorreu a apreensão formalizar o auto de prisão em flagrante do autor do delito e comunicar a prisão à autoridade judiciária competente.

- Certo  
 Errado

**469. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

Compete à PRF o patrulhamento das rodovias federais privatizadas, mesmo tendo havido, com o processo de concessão, a transferência a particulares das atividades administrativas referentes aos trechos terceirizados.

- Certo  
 Errado

**470. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

Se, durante a execução de obra ao longo de uma rodovia federal, a empresa responsável pela obra interromper a circulação de veículos e a movimentação de cargas em uma das faixas de rolamento sem a prévia permissão do órgão de trânsito competente, a PRF deverá interditar a obra e aplicar as penalidades civis e multas decorrentes da infração cometida pela empresa.

- Certo  
 Errado

**471. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

A autoridade de trânsito, na esfera de suas atribuições, poderá aplicar, quando cabível, penalidade consistente na frequência obrigatória em curso de reciclagem, sem prejuízo das punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito.

- Certo  
 Errado

**472. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** Com base na legislação da PRF, julgue os itens que se seguem.

É permitido ao PRF portar arma de fogo somente em serviço, sendo a licença apenas de caráter funcional.

- Certo  
 Errado

**473. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** A respeito da organização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da natureza dos atos praticados por seus agentes, julgue os itens que se seguem.

Praticado ato ilegal por agente da PRF, deve a administração revogá-lo.

- Certo  
 Errado

**474. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013 – ADAPTADA)** A respeito da organização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da natureza dos atos praticados por seus agentes, julgue os itens que se seguem.

Por ser órgão do Ministério da Justiça, a PRF é órgão do Poder Executivo, integrante da administração direta.

- Certo  
 Errado

**475. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013)** A respeito da organização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da natureza dos atos praticados por seus agentes, julgue os itens que se seguem.

Os atos praticados pelos agentes públicos da PRF estão sujeitos ao controle contábil e financeiro do Tribunal de Contas da União.

- Certo  
 Errado

## GABARITO COMENTADO

**468.**

Nos termos do artigo 304, CPP, “apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto”. O chefe da PRF não é considerado autoridade competente para lavar o auto da prisão em flagrante, competência que é do Delegado de Polícia.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**469.**

Assim disciplina o Código de Trânsito: “Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais: [...] II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros”.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**470.**

A PRF apenas poderá tomar medidas administrativas, conforme o Código de Trânsito Brasileiro: “Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais: [...] III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**471.**

Não pode, mas deve, aplicar tais penalidades, conforme o Código de Trânsito Brasileiro: “Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades: [...] VII - frequência obrigatória em curso de reciclagem. § 1º A aplicação das penalidades previstas neste Código não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei”.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**472.**

O PRF tem livre porte de arma, conforme prevê o Decreto nº 1655/95, em seu artigo 2º: “O documento de identidade funcional dos servidores policiais da Polícia Rodoviária Federal confere ao seu portador livre porte

de arma e franco acesso aos locais sob fiscalização do órgão, nos termos da legislação em vigor, assegurando-lhes, quando em serviço, prioridade em todos os tipos de transporte e comunicação”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**473.**

Aplica-se a regra geral, consolidada na súmula 473, STF: “A administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos a apreciação judicial”. A anulação pode ser feita pela administração, ou será possível postulá-la judicialmente.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**474.**

Nos termos da Medida Provisória nº 821/2008, artigo 1º: “É criado o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e transformado o Ministério da Justiça e Segurança Pública em Ministério da Justiça”. Já o artigo 2º altera a redação do artigo 40-B da Lei nº 13.502/2017: “Art. 40-B. Integram a estrutura básica do Ministério Extraordinário da Segurança Pública o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e até uma Secretaria”.

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**475.**

Nos termos do artigo 71, CF, “o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União [...]”. Como órgão que faz parte do Poder Executivo, a PRF é fiscalizada pelo Tribunal de Contas.

**GABARITO OFICIAL: CERTO**